

Bárbara Cristina Fausto da Silva

**MOVIMENTO ESTUDANTIL:** a juventude brasileira em  
1968 e em 2008 a partir das ocupações da Universidade de  
Brasília.



ARARAQUARA – SP  
2015

Bárbara Cristina Fausto da Silva

**MOVIMENTO ESTUDANTIL:** a juventude brasileira em 1968 e em 2008 a partir das ocupações da Universidade de Brasília.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

**Orientador: Professor Doutor João Carlos Soares Zuin**

ARARAQUARA – SP  
2015

Silva, Bárbara Cristina Fausto da

Movimento estudantil : a juventude brasileira em 1968 e em 2008  
a partir das ocupações da Universidade de Brasília / Bárbara Cristina  
Fausto da Silva – 2015

55 f. ; 30 cm

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais)  
– Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade  
de Ciências e Letras (Campus de Araraquara)

Orientador: João Carlos Soares Zuin

1. Brasil -- História -- 1964-1985. 2. Universidade de Brasília.  
3. Juventude -- Brasil. I. Título.

BÁRBARA CRISTINA FAUSTO DA SILVA

## **MOVIMENTO ESTUDANTIL:** a juventude brasileira em 1968 e em 2008 a partir das ocupações da Universidade de Brasília.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

**Orientador: Professor Doutor João Carlos Soares Zuin**

Data da entrega: 19/01/2015

### **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Professor Doutor João Carlos Soares Zuin**  
Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara

---

**Membro Titular: Professor Doutor Augusto Caccia Bava Junior**  
Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara

---

**Membro Titular: Professora Doutora Maria Aparecida Chaves Jardim**  
Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

*Aos meus pais, Maria Cristina e Benedito.*

## AGRADEÇO

Em especial, aos meus pais, Maria Cristina e Benedito, por sempre, apoiarem e incentivarem os meus estudos. E à minha família pelo apoio durante todo o período de graduação.

Aos professores que, de alguma forma, fizeram diferença na minha vida, através de seus ensinamentos. Em especial, ao Professor Doutor João Carlos Soares Zuin, pelas orientações, pelas aulas, pelo apoio e pela dedicação. E, à Professora Simone Marques, que desde o colégio me proporcionou descobrir os fascínios em estudar o tema.

Ao Damião, por seu companheirismo e amizade, pela paciência e, sobretudo, pelas conversas.

Aos amigos que fizeram parte desta caminhada. Pessoas que me ajudaram durante todo o período de construção deste trabalho, dos momentos difíceis e dos bons: Daniela, Bruno, Jéssica, Cristiano.

Aos funcionários da UNESP/Araraquara por todo o suporte. Sem eles, nada teria sido possível.

E, finalmente, a todos que de alguma forma me ajudaram a concretizar este trabalho, principalmente, aos meus companheiros de estágio no NAE (Núcleo de Apoio ao Estudante) e, especial, à Natalia Tomasetto, por toda sua compreensão.

Sempre, sob estas diversas formas, o choque. Entre os que falam de si mesmos e os que falam dos que dão ordens. Entre os que querem mudar a vida e aqueles que querem restabelecer este rumor surdo da circulação regular ao ritmo cotidiano das coisas que passam sem passar. (CASTELLS, 1972, p.06)

## RESUMO

A hipótese que norteia este trabalho é a de que o movimento estudantil dos anos de 1968, inseridos em um cenário de grandes mobilizações sociais contrárias ao sistema político vigente, apresentou maior expressividade em suas manifestações, mesmo, considerado o fato, que em uma ditadura havia maior intolerância as opiniões divergentes ao regime militar, que, do movimento estudantil dos anos de 2008, inseridos em um cenário de mobilizações contrárias ao sistema educacional e, as corrupções que o permearam. O objetivo geral deste trabalho é investigar os mitos que permeiam a imagem dos estudantes, através de uma comparação entre o movimento estudantil brasileiro, em destaque, os alunos da Universidade de Brasília no período de 1968 a 2008, com o objetivo específico de analisar se o movimento estudantil perdeu forças para se mobilizar em prol de suas bandeiras de luta. É pretendido responder a questão a partir da juventude da década de 1960 caracterizada por revolucionária, quais os possíveis avanços e recuos se apresentaram em 40 anos de história do movimento estudantil, que, parece ter perdido sua característica revolucionária.

**Palavras – chave:** Ditadura militar brasileira; cultura jovem e movimento estudantil; Universidade de Brasília.



## **ABSTRACT**

The hypothesis guiding this work is that the student movement of 1968, inserted into a scene of great social movements contrary to the present political system, showed great expression in its demonstrations even considering the fact that in a dictatorship there was significant intolerance of divergent views to the military regime, which, of the student movement of 2008, inserted into a scene of mobilizations contrary to the educational system and the corruption that permeated it. The aim of this study is to investigate the myths that permeate the image of students, through a comparison between the Brazilian student movement, highlighting the students at the University of Brasilia from 1968 to 2008, with the specific objective of analyzing if the student movement lost strength of mobilizing in support of their fight flags. The question may be answered from the youth of the 1960s characterized by revolutionary, in which the possible advances and retreats performed in 40 years of history of the student movement, which seems to have lost its revolutionary feature.

**Keyword:** Brazilian dictatorship; young culture and student movement; University of Brasilia.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                |  |
|----------------|--|
| <b>AERP</b>    | Assessoria Especial de Relações Públicas |
| <b>AI</b>      | Ato Institucional                        |
| <b>AP</b>      | Ação Popular                             |
| <b>ARENA</b>   | Aliança Renovadora Nacional              |
| <b>CENIMAR</b> | Centro de Informações da Marinha         |
| <b>CGT</b>     | Comando Geral dos Trabalhadores          |
| <b>DOPS</b>    | Departamento de Ordem Política e Social  |
| <b>IPMs</b>    | Inquéritos Policiais Militares           |
| <b>Jango</b>   | João Goulart                             |
| <b>JK</b>      | Juscelino Kubitschek                     |
| <b>JUC</b>     | Juventude Universitária Católica         |
| <b>MDB</b>     | Movimento Democrático Brasileiro         |
| <b>ME</b>      | Movimento Estudantil                     |
| <b>PT</b>      | Partido dos Trabalhadores                |
| <b>PTB</b>     | Partido Trabalhista Brasileiro           |
| <b>UDN</b>     | União Democrática Nacional               |
| <b>UNE</b>     | União Nacional dos Estudantes            |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>Introdução</b>   | 12 |
| <b>I - Revisitando a história</b>   | 15 |
| 1- Contexto mundial: Guerra Fria  | 15 |
| 2- Reflexos mundiais no Brasil  | 16 |
| <br>  |    |
| <b>II– O surgimento de uma nova cultura</b>                                       | 23 |
| 1- A cultura jovem  | 23 |
| 2- A juventude unida: formação do movimento estudantil                            | 24 |
| <br>  |    |
| <b>III – A construção da Universidade de Brasília</b>                             | 31 |
| 1- Governo JK e a nova capital federal  | 31 |
| 2- Linha do tempo: a década de 1960   | 33 |
| 3- Construção da UnB  | 35 |
| <br>  |    |
| <b>IV – A Universidade de Brasília: o palco de conflitos</b>                      | 37 |
| 1- As ocupações e invasões em 1968  | 37 |
| 2- As ocupações e invasões em 2008  | 42 |
| <br>  |    |
| <b>Considerações Finais: O movimento estudantil: seu passado e sua atualidade</b> | 47 |
| <br>  |    |
| <b>Bibliografia</b>   | 53 |
| <br>  |    |
| <b>Referências</b>  | 55 |

## Introdução

No ano de 2008, os estudantes da Universidade de Brasília (UnB) ocuparam a reitoria da instituição visando protestar contra o uso indevido do dinheiro destinado as pesquisas acadêmicas para compras consideradas de luxo, além de, requerer a saída do então reitor Timothy Mulholland e o direito a paridade em escolhas dentro da universidade. Novamente, se destacava em vários meios midiáticos um novo modelo de movimento social por parte do grupo estudantil.

É relevante enfatizar que os movimentos sociais, em suas diversas fases da modernidade e não obstante os seus diferentes conteúdos e formas de atuação, representam uma ação de protesto e repúdio aos limites impostos por forças sociais e políticas que comandam a cultura objetiva, como por exemplo, as Diretas Já<sup>1</sup> de 1984 pedindo a volta de eleições diretas, os “caras pintadas<sup>2</sup>” pedindo o *impeachment* do presidente Collor em 1992 e a ocupação seguida por greve na USP no ano de 2007<sup>3</sup>. Consequentemente, todo movimento social é uma reação aos valores que foram objetivados e transformados em princípios, valores éticos, normas jurídicas e políticas.

É necessário lembrar que dentro dos movimentos sociais há uma força cultural que procura romper com os contornos da ordem social existente, que organiza tanto a vida material quanto espiritual dos indivíduos, grupos e classes sociais. Outrossim, todo movimento social representa uma determinada reação proveniente de uma nova forma de cultura subjetiva, isto é, surgem novas formas de vontade de ação, novas formas de reconhecimento de necessidades que não podem ser realizadas e novos ideais que avaliam negativamente a realidade social existente e buscam modificar os seus princípios e, no limite,

---

<sup>1</sup> As Diretas Já foi um movimento civil, no ano de 1984, que reivindicava por eleições presidenciais diretas no Brasil, as quais se concretizariam com a votação de uma proposta de Emenda Constitucional pelo Congresso. Entretanto, a proposta foi rejeitada, frustrando a sociedade. Mesmo assim, os adeptos do movimento conquistaram uma vitória parcial em janeiro do ano seguinte quando Tancredo Neves foi eleito presidente.

<sup>2</sup> “Caras pintadas” é como ficou conhecido o movimento estudantil brasileiro realizado ao longo de 1992 cujo objetivo principal era o *impeachment* do então presidente do Brasil Fernando Collor de Melo. O movimento se baseou em denúncias de corrupção que pesaram contra o presidente e em suas medidas econômicas impopulares, contando com a adesão de milhares de jovens em todo o país. E o nome "caras-pintadas" e referia a forma de expressão e o símbolo do movimento: as cores verde e amarelo pintadas no rosto dos manifestantes.

<sup>3</sup> Um movimento iniciado em maio de 2007, cuja ocupação foi desencadeada quando um grupo de estudantes tentou entregar uma lista de reivindicações à reitora Suely Vilela, e por não serem recebidos, decidiram aguardá-la no local. Durante os dias nos quais a reitoria permaneceu ocupada, foram deflagradas greves de estudantes, de servidores e de professores. Algumas das reivindicações foram: reformas nos prédios da USP e nos alojamentos, além de contratar professores, abrir 600 vagas adicionais na moradia estudantil e que o governo estadual cancelasse os decretos impostos naquele ano pelo governador José Serra acerca da educação superior que segundo os estudantes tais decretos feriam diretamente a autonomia acadêmica.

o sentido das instituições. Iremos analisar os movimentos sociais estudantis mediante a utilização de duas categorias de Georg Simmel, a cultura subjetiva, que expressa a força da vida humana em construir novas formas de vida e de subjetividade e, a cultura objetiva, os valores, as ideias e os princípios que estão materializados nas objetivações humanas, nos processos e instituições sociais existentes em toda forma de sociabilidade.

O fato ocorrido na Universidade de Brasília envolveu, em maior ou menor intensidade, os próprios estudantes universitários da instituição, assim como, a sociedade do país devido a exposição do caso em veículos midiáticos: “A *ocupação* da UnB teve grande apoio da sociedade. Isso tem a ver com o fato do escândalo ter sido pautado pela mídia e ter sido muito impressionante para a sociedade<sup>4</sup>.” Ressalta-se que o caso de ocupações e invasões de prédios das universidades vinham ocorrendo com destaques em jornais e noticiários da televisão desde o ano anterior (2007), quando houve a ocupação da reitoria na Universidade de São Paulo (USP).

Presenciei dentro da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) diversas reuniões elaboradas por estudantes engajados no movimento estudantil que visavam conseguir apoio para os alunos de Brasília, ouvi diferentes pontos de vista sobre a mesma situação – entre esses de alunos da minha instituição, de alunos que visitavam a faculdade e, por acompanhar as mídias que transmitiam o dia a dia na UnB – todos, fatos que mais tarde vieram contribuir para a construção do meu objeto de estudo. Resolvi, por fim, utilizar a UnB que teve em dois períodos distintos manifestações estudantis e a presença da polícia militar em seu *campus*, primeiramente em 1968 – durante o período ditatorial – e após quarenta anos, isto é, em 2008 quando outra vez sediava novas manifestações estudantis e necessitou novamente de intervenção policial.

Partindo de uma observação inicial acerca do movimento estudantil de 1968 em comparação com o atual<sup>5</sup> surgiu a hipótese que norteou essa pesquisa: por que diante o período de fechamento político o movimento estudantil se encontrara tão mobilizado e agora frente a uma democracia esse pareceu recuar?

Assim, o objetivo desse trabalho é responder a questão acima apresentada, partindo de uma revisão bibliográfica, sendo os livros *1968: O diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*; *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*;

---

<sup>4</sup> Fala retirada da matéria “Estudantes querem poder para eleger reitor” de Johanna Nublat e Angela Pinho publicada no Acervo do Jornal Folha de São Paulo datado de 15 de abril de 2008. Em: Primeiro Caderno página A6, acesso em 19 de agosto de 2013 as 14 horas.

<sup>5</sup> É importante ressaltar que ao utilizar o termo atual é feita menção ao ano de 2008.

*A Rebelião dos Estudantes: Brasília, 1968* algumas das principais referências ao estudo, enfatizando, de que forma os dois grupos de estudantes podem apresentar semelhanças e, também, diferenças, frente um mesmo problema: o embate entre os seus desejos referentes ao ensino público igualitário à todos e com qualidade e, a criação social, ou seja, a universidade cuja estrutura não suporta tal demanda.

Desse modo, o trabalho se dividirá entre o resgate histórico do contexto mundial pós Guerra Fria, que se refletiu mundialmente, incluindo o Brasil e, influenciou uma nova juventude surgida na década de 1960, a mesma geração de jovens que protagonizará o movimento estudantil. E, sequencialmente, ao revisitar os anos 1960 destaca-se o surgimento da cidade de Brasília e a sua universidade, essa que será o palco dos conflitos usados como norte para nossa comparação acerca do comportamento dos estudantes.

Finalizando, investigaremos os mitos que permeiam a imagem dos estudantes frente ao empasse, buscando compreender a forma como os dois lados expunham a sua visão a respeito do fato das ocupações por eles realizadas e das invasões policiais que os continham, priorizando responder a hipótese de: os jovens estudantes de 1960 terem sido revolucionários diferentemente dos jovens de 2008.

## I - Revisitando a história

Para melhor compreensão dos movimentos sociais e dentro desses o movimento estudantil, objeto dessa pesquisa, é necessário a princípio perpassar pelo contexto mundial, que influenciou direta e indiretamente, a história política e social brasileira. Os principais aspectos a serem apresentados nesse capítulo serão: o período anterior aos anos de 1960 através de um traçado histórico, assim como, o surgimento de uma cultura jovem, que marcou a juventude da década de 1960, no período pós-Guerra Fria<sup>6</sup>.

A Guerra Fria traz a polarização do mundo em torno de dois sistemas econômicos, o socialismo e o capitalismo, e de duas potências a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e os EUA (Estados Unidos da América). Os desdobramentos desse conflito afetaram o mundo todo de diferentes formas. No caso do Brasil, por exemplo, o país conhecerá durante esse período uma ditadura militar.

### 1- Contexto mundial: Guerra Fria.

A Primeira Guerra Mundial foi encerrada oficialmente através da assinatura do Tratado de Versalhes<sup>7</sup> que com algumas de suas determinações, como por exemplo: o pagamento de indenização às nações vitoriosas, a concessão de território e a desmilitarização, feriram a autoestima das nações derrotadas na guerra, dentre essas se destaca a Alemanha. Tal situação contribuiu para o fortalecimento das correntes nacionalistas, desse modo os movimentos como: o fascista de Benito Mussolini na Itália, o nazista de Adolf Hitler na Alemanha, e a ditadura de Francisco Franco na Espanha surgiram, todos com caráter conservador. E, ainda ao final da Primeira Grande Guerra, houve no antigo império russo a consolidação do sistema socialista pela Revolução Russa<sup>8</sup> de 1917.

---

<sup>6</sup> Denomina-se de Guerra Fria o período histórico marcado por disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, que compreende a data do final da Segunda Guerra Mundial no ano de 1945 e a extinção da União Soviética em 1991, considerado um conflito de ordens política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica entre as duas nações e consequente, as suas zonas de influência. (Ver mais em *Era dos Extremos* de Eric Hobsbawn - *Guerra Fria*, capítulo 8.)

<sup>7</sup> O Tratado de Versalhes foi um tratado de paz assinado pelas potências europeias no ano de 1919 que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial, e que determinava como principal ponto que a Alemanha aceitasse todas as responsabilidades por causar a guerra e, fizesse reparações às nações da Tríplice Entente (que venceram a guerra, isto é, Reino Unido, Império Russo e França), além de outras medidas, tal como a concessão de território alemão aos países de sua fronteira.

<sup>8</sup> Revolução Russa é o período de conflitos, com início no ano de 1917, que derrubou a autocracia (regime político que o governante detém poder ilimitado e absoluto) russa e levou ao poder o Partido Bolchevique, de Vladimir Lênin.

Dessa forma, o embate ideológico que vai sustentar a Guerra Fria nasce antes de estourar a Segunda Guerra Mundial que com o seu término em 1945 obtivemos um mundo polarizado: de um lado o sistema capitalista cujo seu maior representante os EUA e de outro o socialismo representado pela URSS. A Guerra Fria trouxe no equilíbrio de forças dessas potências a ameaça de destruição mundial, já que um primeiro disparo do lado soviético ou americano possivelmente iniciaria uma série de lançamentos de mísseis e bombas ao inimigo, representado pela potência oposta e suas respectivas áreas de influência. Outro importante aspecto é a conformação do mundo em áreas de influência. Com isso há na Europa linhas de demarcação, determinadas através de acordos, que dividiam o continente entre as duas superpotências. Na África, nações se aproveitaram do apoio das potências para se armarem e lutarem umas contra as outras; na Coreia do Norte, na China e também Cuba ocorreu o surgimento do socialismo e na maior parte da América Latina foram implantadas ditaduras militares de direita.

Conseqüentemente as ditaduras apresentam na economia dos países em que se instauraram um forte alinhamento ao capital externo, o qual encontra no Brasil um espaço para obter vantagens comerciais através da exportação de suas empresas de bens de consumo e introduzir a cultura de massa, cuja intenção era neutralizar uma possível ameaça socialista. No entanto, esse modelo impunha a população a brusca redução de investimentos na área social. O crescimento em número e em importância dos estudantes como agentes sociais atribui maior força ao movimento estudantil que diante de um período ditatorial sai às ruas para protestar contra o sistema vigente, provocando um aumento da repressão aos estudantes, que por sua vez ficarão ainda mais indignados com o governo prosseguindo com suas manifestações, e assim em um ciclo.

Depois de apresentar alguns desdobramentos da polarização política produzida pela Guerra Fria e o que se refletiu no Brasil, abordaremos outro aspecto importante para análise do movimento estudantil: o surgimento, na metade do século XX, de uma cultura jovem.

## 2- Reflexos mundiais no Brasil

A radicalização presente na política mundial contribuiu para o endurecimento político nacional já no governo de Getúlio Vargas, que a partir do ano de 1937 se transforma em uma ditadura, a ditadura varguista.

Entretanto, para que o novo golpe se concretizasse era preciso criar pretextos. Assim, o capitão Olímpio Mourão Filho, que anos mais tarde contribuirá para o golpe de 1964, cria o



Plano Cohen<sup>9</sup>, que ao ser divulgado desperta na população brasileira o medo vermelho, ou seja, o medo do sistema comunista. O ano de 1937 marca também a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), órgão máximo de representação estudantil, que mostrará estudantes engajados no início dos anos 1940, no período da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo, simultaneamente quando se iniciam a campanha contra o nazi-fascismo e a ditadura varguista. No ano seguinte, o movimento se intensifica e exige o rompimento diplomático do Brasil com os países: Alemanha, Itália e Japão (que formavam o grupo denominado Eixo) e, somente em 1942, a UNE passará a ser uma entidade oficial.

A volta do regime democrático ocorreu com o Marechal Dutra, candidato do Partido Social Democrata (PSD) e com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Vargas. Esse governo dará início a repressão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que pode ser explicado devido ao seu caráter conservador e por suas influências da Guerra Fria, que trazia, para os conservadores, o chamado medo vermelho.

A UNE vive os dois primeiros anos de governo Dutra sob direção de direita. Assim, o IX congresso da UNE elege, no mês de julho de 1946, o udenista José Bonifácio Coutinho Nogueira para a presidência da instituição. As campanhas contra a carestia e o câmbio negro são os destaques da movimentação estudantil liderada pela entidade contra o governo vigente, o que pode representar a oposição da União Democrática Nacional (UDN) ao governo, uma vez que nos anos finais do mandato do então presidente Dutra, a UNE entra em sua fase socialista influenciada pelo PCB, revelando uma oposição diferente entre os estudantes e o governo, que era repressor em relação aos comunistas, uma das correntes mais fortes dentro da UNE nesse período, a União da Juventude Comunista (UJC), que chegou a ser considerada, no ano de 1947, ilegal pelo governo.

A política no Brasil segue com novo governo de Getúlio Vargas<sup>10</sup> e depois com Juscelino Kubistchek (JK), sendo que em ambos os períodos há a característica de um clima iminente de golpe de estado, contudo a crise se intensificará no período pós governo de JK, quando a Guerra Fria alcança maior evidência. O presidente Jânio Quadros assume, nesse

---

<sup>9</sup> Um documento divulgado pelo governo brasileiro no mês de setembro de 1937, primeiramente atribuído à Internacional Comunista, e que continha um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas, mas, anos depois, comprovaria que o documento fora forjado intencionalmente para justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, ainda em 1937.

<sup>10</sup> É importante ressaltar que Getúlio Vargas foi presidente do Brasil, em duas ocasiões distintas, primeiramente, em um mandato de 15 anos consecutivos (Governo Provisório – 1930-34; Governo Constitucional 1934-37 e por fim, após golpe de estado, Estado Novo tornando presidente-ditador, de 1937 à 1945) e, um segundo mandato de três anos, reeleito por votos diretos da população, a partir de 1951-54 ano em que se suicidou. Para maiores informações consultar Skidmore, T. De Getúlio à Castelo, capítulos I *Era de Vargas* e II *Fim do Estado Novo; Governo Dutra*.

contexto, a chamada política externa independente, que permitia ao país além do comércio, uma relação amigável com os países socialistas simultaneamente com uma aproximação comercial permanente aos EUA e com os países da Europa Ocidental. A renúncia prematura de Quadros no ano de 1961, reconhecida atualmente como uma tentativa de golpe, intensificou a preocupação dos setores conservadores com os “vermelhos”, já que a sucessão natural levaria à presidência, o então vice, João Goulart que era visto por esses como um político comunista travestido de democrata. Assim, enquanto Jango estava em uma visita oficial à China Comunista, a oposição articulava o golpe que impediria a sua posse legal.

Entretanto, esse primeiro golpe não fora bem sucedido. Liderado pelo governador gaúcho Leonel Brizola e com ampla participação do movimento estudantil, o povo defende a posse de João Goulart com a Campanha da Legalidade<sup>11</sup>. E ainda em 1961, Jango finalmente assume o seu cargo como presidente, porém encara um governo conturbado.

O mandato de Goulart era constantemente flagelado pela esquerda, que protestava por reformas imediatas, assim como, pela direita, que bradava frente alguns possíveis avanços sociais. A solução foi entregar a presidência a Jango, restringindo seus poderes através do parlamentarismo<sup>12</sup>. A polarização que, assim, se produziu colocaria de um lado Leonel Brizola, Miguel Arraes e Francisco Julião e, do outro lado Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, a UDN, alguns militares e os generais Costa e Silva e, Olímpio Mourão Filho<sup>13</sup>. Se os trabalhadores tinham no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) uma representação, os empresários também tinham-na, só que no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad); já que os estudantes da esquerda se organizavam na UNE os seus adversários formavam o Movimento Anticomunista (MAC); havia também, as ligas camponesas “revolucionárias” e, em contrapartida havia o ultraconservador Ibad; se a esquerda cristã tinha sua representação na Ação Popular (AP) as mulheres católicas formaram a União Cívica Feminina (UCF), que mais tarde organizaria a Marcha da Família pela democracia.

---

<sup>11</sup> Mobilização civil e militar que ocorreu no ano de 1961 liderada por Leonel Brizola (na época o governador do RS e, também, cunhado de Jango) e o general José Machado Lopes, em que diversos políticos e setores da sociedade defenderam a manutenção da ordem jurídica a qual previa a posse de João Goulart.

<sup>12</sup> Um sistema parlamentarista é aquele cujo presidente é responsável pelo país, no entanto, o controle do governo fica a cargo do primeiro-ministro, no caso brasileiro, em cerca de um ano, sucederam-se três primeiros-ministros Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Entretanto, com apoio das bases populares e sindicalistas, Jango antecipou o plebiscito para o mês de janeiro em 1963 e reverteu o sistema, novamente, para o presidencialismo. Assim, já em 1963, João Goulart recuperou a chefia de governo com o plebiscito que aprovou a volta do presidencialismo.

<sup>13</sup> Olímpio Mourão Filho, o general que no ano de 1937, criou o Plano Cohen, durante o governo de Getúlio Vargas, como forma de instaurar o golpe de estado.

No ano de 1963, João Goulart recupera os seus poderes presidenciais após o plebiscito, que deu votos de maioria a favor do sistema presidencialista. Desse modo, o então presidente insistia nas mudanças sociais, tal como a reforma agrária e a concessão do voto aos analfabetos, sendo apoiado por parte da sociedade e também pelo movimento estudantil, a isso, somou-se um declínio econômico com queda de investimentos e um aumento da inflação, que chegara próximo a 70%<sup>14</sup>, e no comício realizado na Central do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, em que anunciou também medidas como a Lei de Remessa de Lucros e o congelamento de aluguéis, que contribuiriam para o aumento da tensão política. Consequente obteve como resposta dos conservadores paulistas a Marcha da Família com Deus pela Liberdade<sup>15</sup>, mas a guinada para esquerda continuava.

O clima do período encaminhava-se para nova tentativa de golpe, mas ainda não se sabia se esse manteria ou deporiam João Goulart. Porém, de certo modo, já era previsto por Brizola, militante de esquerda, que “se não dermos o golpe, eles o darão contra nós”. O golpe há muito planejado, não tardaria. Consequentemente em abril de 1964 os militares destituíram Jango apoiados por parte da sociedade civil, principalmente, a elite e as camadas médias; do Congresso e dos EUA. O golpe implantaria um governo supostamente provisório. Esse teria, hipoteticamente, o único objetivo de afastar o perigo comunista e manter a ordem e a segurança, e esse discurso conquistou a aprovação de parte da sociedade civil.

Em primeiro de abril de 1964, Goulart foi deposto. O novo regime seria sustentado por atos institucionais (AI's), sendo o primeiro baixado poucos dias após o novo regime, em 9 de abril por comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O AI-1 tinha por objetivo limitar o campo de ação do Congresso e reforçar o Poder Executivo. E também estabeleceu a eleição de um novo presidente por votação indireta do Congresso Nacional. Com isso, em 15 de abril elegeram como presidente o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Com o regime militar o poder político ficou centralizado no Executivo.

---

<sup>14</sup> Números extraídos do texto *Brasil 1961-1964 – Inflação, estagnação e ruptura*. de Mário M. C. Mesquita, diretor de política econômica do Banco Central do Brasil, para o Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro.

<sup>15</sup> A Marcha da família com Deus pela liberdade, é a denominação para as várias manifestações públicas ocorridas entre março e junho do ano de 1964 no país como resposta à "ameaça comunista" representada no discurso realizado pelo então presidente Jango, em um comício dia 13 de março do mesmo ano. Diversos grupos sociais, incluindo clero, empresariado e setores políticos se organizaram em marchas, saindo às ruas mais de um milhão de pessoas com o objetivo de derrubar o governo Goulart. A primeira das muitas marchas ocorreu no dia 19 de março (o dia de São José, considerado o padroeiro das famílias) na cidade de São Paulo e congregou cerca de 400 mil pessoas. A mesma foi organizada por grupos como Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), União Cívica Feminina (UCF), entre outros grupos, recebendo o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do controverso Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Na ocasião, distribuíram o *Manifesto ao povo do Brasil* que pedia o afastamento de Jango da presidência.

Começa, então, o período em contraste ao anterior, que política e a economia se guiavam pelo binômio “segurança e desenvolvimento” em vez de “reformas de base”, no lugar da “república sindicalista”, a concentração de renda, o arrocho salarial e o alinhamento submisso ao grande capital internacional (representado pelo EUA). Em 27 de outubro de 1965, com o Ato Institucional nº 2, encerra com a ilusão de que a constituição e as eleições se manteriam normais. Entretanto, a ditadura ainda se manteve, como tituló Elio Gaspari, de maneira envergonhada.

Iniciou-se o período autoritário de governar o Brasil, sob leis como: o presidente da República poder enviar projetos de lei que deveriam ser apreciados em no máximo trinta dias. Se não fossem aprovados nesse prazo eram automaticamente aprovados “por decurso de prazo”. Era prerrogativa do Executivo legislar sobre os gastos públicos, e o AI-1 autorizava o Comando Supremo da Revolução a cassar mandatos, suspender direitos políticos, vitaliciedade e estabilidade dos servidores públicos. Esse Ato Institucional criou também os Inquéritos Policial-Militares (IPM's), que investigavam possíveis responsáveis por praticar crimes contra o Estado ou seu patrimônio, contra a ordem política e social, ou por atos de guerra revolucionária. No entanto, o regime militar não estava completamente fechado, pois a imprensa se mantinha relativamente livre e o recurso de *habeas corpus* podia ser utilizado nos tribunais. Em junho do mesmo ano o regime militar criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), que tinha como principal objetivo coletar e analisar informações relacionadas à Segurança Nacional, à contrainformação e à informação sobre as questões de subversão interna.

O grupo castelista tinha o objetivo de instituir uma “democracia restringida” depois de realizar as alterações previstas no AI-1. Em outubro de 1965, realizaram-se eleições diretas em onze estados brasileiros, nos quais incluíam-se estados de maior expressão, como o da Guanabara e Minas Gerais, que elegeram candidatos da oposição.

O resultado alarmou os grupos de linha dura, que consideravam o governo complacente com seus inimigos. Sob pressão desses setores Castelo Branco baixou o AI-2, no mesmo mês extinguindo o pluripartidarismo e formando o bipartidarismo, constituído pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Após um ano, em outubro de 1966, foi eleito o marechal Arthur da Costa e Silva, que assume em março do ano seguinte. O ano de 1967 é marcado pela aprovação da nova Constituição, que ampliava os poderes do presidente da República em relação a assuntos de Segurança Nacional.

O novo presidente Costa e Silva tinha sido ministro da guerra no mandato de Castelo Branco, mas era uma figura estranha ao grupo linha dura, e não tinha as qualidades intelectuais de seu antecessor, mas concentrava as esperanças da linha dura e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas descontentes com a política castelista. Apesar de ser chamado de linha dura, Costa e Silva iniciou uma política de liberalização restrita, estabelecendo pontes com a oposição e incentivando a organização de sindicatos e a formação de lideranças confiáveis. Com a menor repressão por parte do governo diante de alguns setores da sociedade, houve um aumento na rearticulação das oposições e na mobilização estudantil, por exemplo.

O auge dessas mobilizações ocorreu com a Passeata dos Cem Mil<sup>16</sup> em junho de 1968, que veio acompanhada de duas greves operárias agressivas.<sup>17</sup> É no ano de 1968, que se iniciam as primeiras ações por parte do grupo armado e a linha dura começa a pensar em novos instrumentos para reprimir os grupos subversivos. Sem um motivo justificável, utilizam o momento do discurso do deputado Márcio Moreira Alves considerado ofensivo às Forças Armadas para pressionar o presidente Costa e Silva a instaurar o AI-5, que fechou o Congresso por tempo indeterminado. A partir desse momento o poder centralizou-se no núcleo militar da comunidade de informações, iniciando o período intitulado de ditadura escancarada, por Gaspari em sua obra.

Mesmo com a política de liberalização, é no governo Costa e Silva que se inicia a fase enrijecida dos mandatos ditatoriais brasileiros, o que, se fortaleceria no mandato posterior, de Médici. Uma medida que exemplifica o endurecimento do governo foi a resposta dada as manifestações contrárias ao regime, pois a população obteve uma repressão autoritária e, no dia 13 de dezembro, Costa e Silva convocou o Conselho de Segurança Nacional com o objetivo de informar aos membros sobre o novo AI a ser proclamado. “Naquela mesma noite o presidente promulgou o Ato Institucional nº 5 e o Ato Suplementar nº38, este último pondo o Congresso em recesso indefinidamente”<sup>18</sup>, a partir dessa data, conseqüentemente, o governo passou a declarar atos e decretos almejando o aumento do poder e controle dos militares e do executivo sobre os cidadãos, ou seja, o Congresso foi fechado e os poderes militares aumentaram.

---

<sup>16</sup> A Passeata dos Cem Mil, foi uma manifestação popular em protesto a Ditadura Militar brasileira, que ocorreu em 26 de junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro, e foi organizada pelo movimento estudantil e também teve a participação de artistas, intelectuais e outros setores da sociedade.

<sup>17</sup> Nas cidades de Contagem (MG) e Osasco (SP).

<sup>18</sup> Skidmore, T. De Castelo à Tancredo, 1988, p. 166

Exatamente no ano de 1968 os jovens passam a surgir com maior força no cenário político brasileiro, e o grupo de estudantes, com engajamento e união, passa a ser o ator social de suma importância na luta contra o regime autoritário instalado no Brasil pelos militares. E será esse grupo – o responsável por se mobilizar em forma de movimento e, chamar a atenção, enquanto, enfrenta as arbitrariedades impostas pelo governo – essa nova cultura jovem, analisada a seguir.

## II- O surgimento de uma nova cultura

### 1- Cultura Jovem

A juventude, durante o período sob o comando do regime militar passará a ser vista como um grupo social singularmente expressivo. A segunda novidade da cultura juvenil, e o que provavelmente contribuiu para ser reconhecida e valorizada, foi ter se tornado dominante frente a economia de mercado em parte porque representava uma massa concentrada de poder de compra, e em parte porque cada nova geração de adultos fora socializada como integrante de uma cultura juvenil autoconsciente, e ainda porque a mudança tecnológica propiciava vantagens a essa juventude. A terceira peculiaridade da nova cultura jovem nas sociedades urbanas foi seu internacionalismo, que por vezes, era facilitado pela globalização e pela intimidade desses jovens com as inovações tecnológicas da área da comunicação, fator este que contribuiu também para uma padronização, onde estava refletida a esmagadora hegemonia cultural dos EUA na cultura popular e nos estilos de vida.

Além de ganhar um forte reconhecimento, os jovens, por meio dos movimentos estudantis, se constituíram como um agente social com cada vez maior expressão e importância. A cultura jovem, ao somar-se à expansão da educação e aos contextos sociais complicados, como as ditaduras, irá revelar um movimento estudantil cada vez mais presente nas ruas. Todavia, é preciso primeiramente analisar aqui como se deu essa expansão da educação e como foi a influência dos contextos sociais e dessa cultura jovem global.

#### 1.1- Mobilizações estudantis.

No século XX, o crescimento de ocupações que exigiam educação de nível secundário e superior atingia uma escala de nível mundial, o que justificava a necessidade de expandir a educação, e, conseqüentemente, a infraestrutura que essa e o maior contingente de alunos na cidade demandavam. As cidades, então, se espalham pelo globo como uma epidemia, e, durante a segunda metade do século XX o mundo se torna mais urbanizado que nunca. A alfabetização, essencial e o mais básico instrumento formador, devido ao crescimento de cargos que necessitavam de maior escolaridade, obteve um grande progresso. Com isso, multiplicou-se, a demanda de vagas para a educação em níveis secundário e também superior. Assim, os estudantes conquistaram uma força social e política de grande importância, como jamais havia se visto até os anos 1960: “Como revelou a década de 1960, [os estudantes] eram não apenas radicais e explosivos, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional de descontentamento político.” (Hobsbawn, 2002, p. 292) O crescimento da

importância do estudante como agente social independente é acompanhado pelo crescimento do número desses, o que contribuiu para o fortalecimento do movimento estudantil e de sua categoria.

O movimento estudantil tem uma característica particular: a fácil explosão. Por isso funcionava como detonador para movimentos de grande importância e mobilização, só que menos inflamáveis, a exemplo do grupo de operários que juntamente aos estudantes provocou enormes ondas de greves operárias na França e Itália em 1968. Apesar de não chegarem à revolução, os estudantes continuaram tentando, mas onde causavam impacto político eram eliminados pelas autoridades, a exemplo das torturas nas guerras sujas da América Latina, ou enfraquecido pelo suborno, a exemplo das negociações na Itália. (Hobsbawn, 2002, p.293).

A expansão da educação pública facilita de certa forma o acesso das massas e, principalmente, das camadas médias ao ensino superior. O contato entre diversas classes sociais, que a universidade promoveu, reduziu a distância social, antes imposta. No entanto, essa mesma universidade permitiu àqueles que vinham de classes sociais desprivilegiadas observarem mais de perto as causas das limitações sociais que essa impunha aos jovens, criando assim um ressentimento contra um tipo de autoridade: a própria universidade. Tal ressentimento, somando àquele oriundo do desrespeito e subordinação, fora facilmente ampliado contra outra autoridade, o Estado, visto aqui, como uma cultura objetiva repressora e dominante.

## 2- A juventude unida: a formação do movimento estudantil

### 2.1- A origem

O auge do movimento estudantil brasileiro ocorreu com os protestos do ano de 1968, especificamente no dia 22 do mês de março quando alguns estudantes ocuparam um prédio administrativo e realizaram um comício visando discutir ações e agendamento de novas atividades para os próximos dias de manifestações, como por exemplo, o boicote das provas em suas Universidades.

Em meio a um ambiente de manifestações ainda no mês de março, no dia 28, realizaram um ato contra as condições de alimentação das universidades e, encontraram-se em frente ao restaurante Calabouço<sup>19</sup>, no entanto, os estudantes são surpreendidos por policiais

---

<sup>19</sup> O Restaurante Central dos Estudantes, mais conhecido por *Calabouço*, foi durante as décadas de 1950 e 60, oferecia comida a baixo custo para estudantes de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro. Devido a grande concentração de estudantes no local, foi palco de várias manifestações por melhorias na educação e contra o regime militar vigente nos anos de 1960.



militares e, ocorre durante o confronto a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto com apenas 17 anos.

Os estudantes possuíam, agora, com um mártir de sua manifestação, “o tempo de Edson Luís, dilacerado e destruído pela bala homicida que o cortou, tornou-se de repente tempo histórico, tempo brasileiro, tempo de cólera e consciência, tempo de gritar: BASTA!” (VALLE, 2008, p.40). E a sua morte “repercute em vários estados com passeatas e comícios em repúdio à violência policial, a maior parte deles defrontando-se novamente com a repressão da Polícia Militar” (*idem*, p.50).

Ocorre no mês seguinte, em abril, no dia 1º, a ocupação por parte de um grupo de estudantes da Universidade de Brasília e logo em seguida, os policiais invadem o local. Passeatas e mais manifestações como forma de repúdio aconteceram em várias cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro havendo inclusive tumultos, diversos presos e feridos, além de uma morte, e em São Paulo, as pessoas também saíram às ruas e depois se dividiram em dois grandes grupos, o primeiro sob liderança de Catarina Meloni que enfrentou a polícia e o segundo, liderado por José Dirceu, que se dispersou e saiu da luta.

No dia 4 de abril, os protestos e enfrentamentos entre estudantes e polícia militar (PM) são constantes, muitos alunos são torturados. Já no dia 20, em São Paulo o então presidente da UNE Luiz Travassos organiza uma passeata de estudantes. Enquanto isso na capital federal, em 9 de abril a UnB é invadida por tropas militares, e é instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM) com a finalidade de investigar denúncias de subversão e indisciplina na instituição, contudo, nada é concluído. Consequente a esse ato, é extinto o mandato do reitor Anísio Teixeira e, quem assume o cargo é o médico Zeferino Vaz.

Os acontecimentos alcançam seu ápice a partir do mês de maio. Em Belo Horizonte dia 3 de maio os alunos prendem dentro da universidade o diretor e os professores, e após dois dias, (dia 5 de maio) os estudantes envolvidos no ato são presos pela PM. No dia de 2 de junho, na cidade de São Paulo a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) também é ocupada por estudantes. E no dia 12 do mesmo mês, a USP sofre invasão policial e, continuam as ações, entre elas, em 21 de junho, a “sexta-feira sangrenta”<sup>20</sup> e uma passeata no Rio de Janeiro, a Passeata dos Cem Mil<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> O dia 22 de junho de 1968, conhecido por “sexta-feira sangrenta” é resultado de uma manifestação estudantil, realizada na frente da embaixada norte-americana, culminando em um conflito que terminou com 28 mortos, centenas de feridos, cerca de mil pessoas presas e 15 viaturas da polícia incendiadas.

<sup>21</sup> A Passeata dos Cem Mil, foi uma manifestação popular em protesto a Ditadura Militar brasileira, que ocorreu em 26 de junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro, e foi organizada pelo movimento estudantil e também teve a participação de artistas, intelectuais e outros setores da sociedade.

Já o mês de julho se inicia com cerca de duas mil pessoas nas ruas paulistas em passeata, em seguida, o mesmo ato acontece no Rio de Janeiro e com cerca de 10 mil pessoas, diante essas manifestações, o então ministro da justiça, Gama e Silva, decretou a proibição de qualquer tipo de ato de manifestação e passeatas no país. Na cidade de Brasília, como a universidade estava sob novo mandato na reitoria, em 21 de julho de 1965 aprovam normas reguladoras da constituição dos Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes, em agosto, dia 25 Vaz renuncia seu posto que passou para o professor de filosofia Laerte Ramos de Carvalho. Dessa forma, os alunos entram em greve e o *campus* é tomado pela polícia durante uma semana. E, em agosto, voltam a acontecer passeatas em São Paulo e 500 pessoas foram detidas, já no dia seguinte (29 de agosto) a polícia invade novamente a UnB e durante o empasse, alguns estudantes foram feridos, incluindo um jovem, baleado na cabeça.

Eventos e atos marcantes aconteceram no mês de outubro. Logo no começo do mês houve um confronto entre estudantes das universidades USP e Mackenzie, resultando na morte de um estudante secundarista, em plena Rua Maria Antônia. Fecharam a faculdade de filosofia da USP e no dia 12, acontece o Congresso da UNE em Ibiúna, no estado de São Paulo, na ocasião os policiais invadem o evento e prendem no local 700 estudantes, entre eles algumas lideranças: José Dirceu, Luiz Travassos e Vladimir Pereira. Foi nessa ocasião que ocorreu o assassinato do capitão Charles Chandler, militar norte-americano.

E a Universidade de Brasília, continuava também, a ser palco de mais conflitos. A partir de outubro, uma pequena crise se instaura, no dia 18 alguns cursos da universidade sofreram punições, e 223 professores encaminham à Reitoria um pedido de desligamento em solidariedade aos 15 docentes anteriormente afastados (referem-se a demissão de junho de 1964 realizada pelo então reitor Zeferino Vaz).

Com a chegada do mês de dezembro, é instaurado o Ato Institucional de nº5 e o Congresso Nacional é fechado, assim como, é feita a interrupção de garantias institucionais de defesa da cidadania. Neste contexto se iniciam as prisões e o período com as repressões mais violentas do regime militar.

Ao final desta breve cronologia é possível observar exatamente este choque entre as culturas: subjetiva, representada por vontades do movimento estudantil e, a objetiva, apresentada na figura do grupo de policiais militares – que representam órgãos superiores, como o a instituição de ensino e o próprio Estado – reprimindo os instintos e desejos almejados pela juventude.

E as formas de confronto com o governo se fizeram crescentes e as lutas entre estudantes e policias tornaram-se mais constantes devido aos desejos de ambos representarem interesses divergentes, assim, estudantes protestavam e policiais reprimiam, na maioria das vezes de forma extremamente violenta.

## 2.2- O estudante como sujeito social.

Assim como os movimentos sociais, o movimento estudantil (ME) iniciava sua caminhada de lutas contra o sistema universitário vigente, e também, contrário a algumas medidas que eram tomadas em âmbito acadêmico, a sua finalidade, claramente, era a sua modificação, logo, uma reforma universitária.

A vontade de reformar totalmente o sistema universitário, seu espírito e as próprias estruturas, era mais, culminava em uma transformação da sociedade burguesa. E a necessidade de mudança que se apresentava nos estudantes, por estarem cansados de sua condição de apenas aceitar as imposições daqueles que eram seus superiores, sem o direito de serem ouvidos, fizeram por decidir lutar pelos seus direitos, uma vez que eram os maiores interessados no que dizia respeito à universidade.

Os questionamentos estudantis resultaram em ações efetivas em prol de seus interesses. Tornou-se necessário pensar e questionar, não bastava ficar apenas concordando. E essa atitude foi feita. Não apenas no Brasil, mas em outros países os estudantes passaram a agir em causa própria, onde estivesse e sempre se perguntando o que fazer.

As manifestações passam a tomar forma no país quando os estudantes se uniram e começaram a criar representações que os fizessem mais fortes e, por conseguinte, os fizessem serem ouvidos. Desse modo, na década de 1930 fora organizada a UNE com a finalidade de tentar organizar o movimento estudantil e sistematizá-lo. Em seu início a entidade possuía uma relação com o governo, e só romperam após a Segunda Guerra Mundial, mas, é de suma importância destacar que seu auge e sua força representativa só foram alcançados na década de 1960, perdendo as forças após o período do regime militar.

Quando o grupo de estudantes passou a fazer parte de uma entidade representativa e iniciaram seus protestos, mostraram as pessoas que era possível lutar por modificações, e conseqüentemente, outros grupos sociais, outras entidades e pessoas passaram a se unir aos estudantes visando mudanças governamentais, pois, aquela forma em vigência os incomodava.

Em conjunto com a luta da sociedade, o movimento estudantil também lutava pela reforma universitária. Um sistema considerado pelos próprios alunos como falido e que precisava de alterações que deveriam ser discutidas o mais rápido que fosse possível, afinal, a ausência de um modelo universitário que se preocupasse em incorporar as novas demandas que surgiam da sociedade e dos estudantes, sugeria ao grupo uma retomada de discussões a respeito da reforma universitária.

Os protestos, os ideais e as insatisfações resultaram das discussões levantadas, no entanto, os questionamentos e debates fomentavam mais que a questão estudantil. A princípio, tais questões e conflitos se davam apenas em âmbito acadêmico, dentro dos próprios *campi* e, as reivindicações se relacionavam com conflitos internos, a exemplo, buscavam melhorias na infraestrutura da universidade, com o final do autoritarismo imposto pelos superiores, mas, com o decorrer das reivindicações foram estendidas as lutas também por liberdades democráticas e para a reorganização do próprio movimento estudantil.

O movimento estudantil procura neste contexto não só reivindicar e debater apenas seus interesses internos (voltados ao *campus* universitário), mas, passa a ser de suma importância agir fora dos muros acadêmicos, lutando pela democracia, pelos direitos de todos os cidadãos, isto é, por aquilo que julgavam, de verdade, ser o diferencial para a sociedade brasileira. E essas ações puderam ser confirmadas durante a ditadura militar quando o movimento lutou contra as repressões e surgiu perante a sociedade como uma entidade unida e forte.

Seus atos políticos passam a ocorrer de modo efetivo devido à participação do grupo estudantil em entidades a que são filiados, a partir da promoção de manifestos com a finalidade de alcançar seus objetivos.

O que o fato de pertencer à mesma classe e o de pertencer à mesma geração ou grupo etário têm em comum é que ambos proporcionam aos indivíduos participantes uma situação comum no processo histórico e social e, portanto, os restringe a uma gama específica de experiência potencial, predispondo-os a um certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante. (MANNHEIM, 1982, p.72)

O autor Karl Mannheim aborda a temática da relação do indivíduo pertencer a um grupo e a partir de então, procurar os vínculos e interesses coletivos presentes. Surge aqui, uma nova identidade do sujeito. Ou seja, ao partilhar de uma mesma ideia e lutar por ela, os participantes de um mesmo movimento adquirem sua identidade com o grupo ao qual pertencem. Ocorrem relações e construções de identidades ligadas aos grupos a que se pertence. Assim, a imagem dessa identidade é firmada por um imaginário vinculado a outra

identidade, dessa vez, coletiva, dada pelas memórias sociais e vivências dos militantes, podendo ser de ações, eventos ou protestos, que se tornam a expressão visível da história do movimento estudantil.

Já referente à memória social e do imaginário de quem pertence a um grupo é percebida nas ações realizadas pelos indivíduos, pois, enquanto membros vão refletir a memória que existe no movimento e em alguns casos, acabam pensando que a realidade já vivenciada perdura. Neste ponto, é importante diferenciar o que são memórias apropriadas e memórias adquiridas pessoalmente, empregadas por Mannheim, que diz,

(...) faz uma grande diferença se adquiro recordações por mim mesmo no processo de desenvolvimento pessoal, ou se simplesmente assumo as de alguma outra pessoa. Eu apenas possuo realmente aquelas “recordações” que criei diretamente para mim, somente esse “conhecimento” foi adquirido pessoalmente por mim em situações reais. Esse é o único tipo de conhecimento que realmente permanece e somente ele tem um poder constringente real. (MANNHEIM, 1982, p.78)

O sentimento de pertencimento do indivíduo a um determinado grupo social é fortemente percebido a partir do momento em que ocorre a ligação, passam a se autodenominar desse mesmo grupo, como exemplo, os estudantes passam a se identificar e se denominar como pertencente à entidade UNE. E partindo desse pressuposto essa identificação revela uma interação compartilhada entre os indivíduos e o campo simbólico, isto é, ao criarem interações esses estudantes não se identificam apenas com o grupo, mas também com a ideia dos outros integrantes, ou seja, a ideia presente no interior do próprio movimento estudantil, e por estarem imersos nesse contexto sentem que sua identidade individual é parte integrante de uma nova identidade coletiva. É nesse ponto que ocorrem as apropriações de ideais, mas também, de memórias.

Com bases em uma construção de identidade coletiva, ocorre o fortalecimento do movimento e as ações relacionadas ao pertencimento a um grupo social, culminando no compartilhamento de experiências e favorecendo o aparecimento da nova identidade, partindo do movimento social a que o indivíduo está imerso. Afinal, o fato das pessoas compartilharem ideias, orgulhos e experiências idênticas auxilia no fortalecimento da nova concepção sobre si mesmo que o indivíduo adquire ao se filiar ao ME, consequentemente, é desenvolvido um compromisso de militância e solidariedade que implica na coerência necessária ao movimento social. Desse modo, é perceptível o processo de construção da identidade individual e também social dos sujeitos que está diretamente relacionada com o modo que os indivíduos interagem uns com os outros dentro do grupo ao qual pertencem.

Assim, em ambos os momentos analisados ao fim desse trabalho, o que se vê, são jovens, unidos em prol de um objetivo em comum, partindo de um momento de discordância com a situação vigente, tanto de regime militar autoritário quanto de um sistema educacional falho e próximo a falência completa. São esses, os estudantes que passaram buscar melhorias para si mesmos e, conseqüentemente, para todos.

### III- A construção da Universidade de Brasília

Nesse capítulo, apresento o início da Universidade de Brasília, resgatando o governo de Juscelino Kubitschek que conquistou o aceite do projeto de construção da instituição, seguindo pelo traçado histórico da própria capital federal e posteriormente da UnB em si, dando destaque ao conflito que se iniciou já com a execução do projeto.

#### 1- O governo J.K. e a nova capital federal

A partir do ano de 1956 o país começava a ser governado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, que no decorrer de seus cinco anos de mandato, se tornou conhecido por intermédio das realizações econômicas feitas no país e também por sua promessa “cinquenta anos de progresso em cinco de governo”<sup>22</sup> que apresentou um crescimento econômico marcante, principalmente, em relação ao setor industrial, cuja produção aumentou 80%. Como a forma de governar do presidente se baseava em improvisações era notável que Kubitschek fosse,

(...) tanto um presidente eleito por uma reduzida minoria em busca do alargamento de seu suporte político, quanto um líder ambicioso tentando assegurar o seu lugar na história, tomando a liderança do caminho para a industrialização do Brasil ... (SKIDMORE, 1982, p.208)

Dessa forma, o presidente escolheu como seu símbolo a criação da nova capital da República: Brasília. Durante toda a campanha eleitoral Juscelino prometera que levaria adiante a previsão de uma nova capital para o Brasil, consignada na Constituição de 1891. E, assim, “discutido por quase um século, o projeto era frequentemente revogado como utópico ou proibitivamente caro<sup>23</sup>”, no entanto, quando o novo presidente decidiu por levar a matéria ao Congresso para votação direta em 1956, o projeto de construção foi de imediato aprovado, quase com a descrença do próprio Congresso.

Kubitschek foi arrojado na construção com incansável entusiasmo, confiando em um arquiteto brasileiro, e mundialmente famoso, Oscar Niemeyer e em um urbanista brasileiro, igualmente notável, Lúcio Costa. Conseqüentemente, “o trabalho se processou num clima de expectativa, mobilizando brasileiros de tôdas as classes, que viam na construção da nova capital, no interior abandonado, o sinal de novos tempos para o Brasil” (SKIDMORE, 1982, p. 208).

---

<sup>22</sup> SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio a Castelo, 1982, p. 204.

<sup>23</sup> SKIDMORE, 1982, p. 208

A construção de Brasília conveio para outros fins, como por exemplo, desviar a atenção de alguns problemas difíceis em setores como o econômico e a reforma agrária, e o social e a reforma nas universidades.

Na esfera educacional, os entusiastas de Brasília apontavam a universidade radicalmente nova que lá se instalaria como modelo para a reforma do ensino através de todo o país. (SKIDMORE, 1982, p.209)

Com o decorrer dos anos sob o comando de Kubitschek e baseado em uma política de improvisos, o reconhecimento do governo referente à urgência em criar um programa anti-inflacionário coincidiu com eleições do Congresso em 1958, e após a derrota dos extremistas anunciaram a elaboração de um programa que objetivava estabilizar a economia e consequentemente, gerar um equilíbrio e uma estabilização social. Entretanto,

Kubitschek constatou, finalmente, para grande constrangimento seu, o preço político de um programa antiinflacionário. A situação social engendrada pela inflação a longo prazo havia criado um enorme obstáculo a qualquer tentativa de reforçar a política de contenção salarial, de crédito e de gastos públicos, necessária para deter um processo inflacionário profundamente enraizado. Cada classe e setor desejava que a carga fôsse suportada em primeiro lugar por outro grupo [...] Esta era a situação enquanto o Gôverno Kubitschek tentava a estabilização prometendo impedir qualquer hipótese de estagnação. (SKIDMORE, 1982, p.219)

Todavia, sobre o período em que o Brasil fora comandado pelo presidente Juscelino Kubitschek, desde o início da década de 1960 a política embasada no imprevisto defronta-se com os seus limites em vários campos como, econômico, político e também, na vida institucional. Como sua característica o então presidente evitava conflitos e por poucas vezes procurou abolir ou realizar alguma mudança considerada radical nas instituições administrativas existentes, ele, decidia criar novos órgãos para solucionar os novos problemas. Como consequência, a sociedade brasileira divide-se em setores mais conscientes e de interesses conflitantes, interesses que representavam uma visão diferente do sistema partidário.

Com a próxima eleição para a presidência, fica acentuada a lacuna entre o governo do país e a maioria dos parlamentares eleitos para o Congresso<sup>24</sup>. Consequentemente, a tendência seria de um candidato a presidente assumindo sua posição à esquerda, diferindo-se da maioria do Congresso e,

(...) assim, a estrutura constitucional brasileira, como outros sistemas federais, combinando um presidente eleito popularmente com um corpo legislativo carregado de grande representação regional, apresentava incapacidade para responder com presteza a necessidade de rápidas transformações sócio-econômicas. (SKIDMORE, 1982, p. 229)

---

<sup>24</sup> A escolha dos membros para compor o Congresso Nacional era realizada através de um acordo com a base da população e o eleitorado, o qual era limitado apenas aos alfabetizados.



Desse modo, a defasagem entre a sociedade em rápida evolução e o seu sistema político é agravada, e, devido às necessidades de prosseguir com o rápido crescimento econômico,

(...) qualquer desaceleração colocaria em risco as vantagens cuja expectativa se generalizava desde o segundo Governo Vargas. Por um *tour de force* de improvisação, anualmente, Kubitschek havia esgotado o potencial fundamental do sistema que herdara de Vargas. Mas um novo grau de tensão e conflito social, ainda inadequadamente refletido no processo político formal, havia então levantado um maior número de problemas fundamentais no cenário nacional. (SKIDMORE, 1982, p. 230)

## 2- Linha do tempo: a década de 1960

Brasília tinha apenas dois anos quando ganhou sua universidade federal. A Universidade de Brasília foi fundada com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país. (Disponível em <[http://www.unb.br/sobre/principais\\_capitulos/criacao](http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/criacao)> acesso em: 30 de outubro de 2014)

Aos 21 dias do mês de abril de 1960 o então presidente o Brasil Kubitschek, expõe ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.861/60, que dava a autorização ao Poder Executivo para criar a Fundação Universidade de Brasília (FUB). Este projeto é entregue no dia da inauguração da cidade de Brasília. Esse é o primeiro ato assinado pelo presidente na nova capital.

Somente em 25 de agosto de 1961, o dia da renúncia do presidente Jânio Quadros, a lei de criação da UnB que tramitava há mais de um ano na Câmara dos Deputados, foi surpreendentemente aprovada por larga margem de votos, e mesmo com as oposições, o projeto também foi aprovado pelo Senado Federal com votos favoráveis da imensa maioria. Assim, na data de 15 de dezembro do mesmo ano, a Lei nº 3.998, que autorizava a fundação da UnB, é assinada pelo presidente João Goulart.

A partir deste momento, foram convidados pelo então chefe da Casa Civil da Presidência da República, Victor Nunes Leal, para elaborar o anteprojeto da Universidade de Brasília, os professores Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira que conservavam a comunicação constante entre cientistas e pensadores, os co-autores e cúmplices na denominada “grande aventura” de reflexão sobre o modelo universitário brasileiro, como Anísio Spínola Teixeira, Antônio Houaiss, Celso Cunha, Eduardo Galvão, Florestan Fernandes, João Cristovão Cardoso, José Cândido M. Carvalho, Gilberto Freyre, Haiti Moussatché, Jayme Abreu, e José Vargas<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Nomes extraídos do site da UnB na página sobre a linha do tempo da Universidade.

No ano seguinte, aos 15 dias do mês de janeiro em 1962 fora publicado o decreto nº 500 que estabeleceu a FUB, e aprovou o seu estatuto, assim como, a estrutura da UnB. Consequentemente, iniciam-se os serviços da universidade e no período compreendido entre os dias 25 e 27 de fevereiro se realizou o primeiro vestibular da instituição, com o equivalente a 830 candidatos, para as 413 vagas que foram disponibilizadas aos estudantes para matrículas em cursos de Graduação e Pós-graduação, é observado a partir dos primeiros dias de funcionamento o problema referente as vagas para todos na UnB. E, finalmente, no dia 9 de abril se iniciam as aulas.

As aulas são ministradas na Esplanada dos Ministérios, no 9º andar do Ministério da Saúde. No Ministério da Educação, funciona a Reitoria. As aulas de Arquitetura e Urbanismo acontecem nos canteiros de obras das primeiras construções para que os alunos tenham contato direto com a prática. (Disponível em <[http://www.unb.br/historia/linha\\_do\\_tempo/index.php](http://www.unb.br/historia/linha_do_tempo/index.php)> acesso em: 30 de outubro de 2014).

Somente na data de 21 de abril de 1962 em comemoração aos dois anos de Brasília, o *campus* é inaugurado com uma cerimônia realizada no primeiro auditório da universidade, o Dois Candangos<sup>26</sup>.

Em 3 de maio de 1962, Darcy Ribeiro primeiro reitor e um dos fundadores da UnB, envia o Plano de Implantação da UnB ao embaixador norte-americano Lincoln Gordon e requer aos Estados Unidos uma ajuda financeira no valor de 14 bilhões de cruzeiros, a serem pagos no prazo de 40 anos com juros de 2% ao ano. São iniciadas as obras do Instituto Central de Ciências (ICC), sendo finalizado em 1971. E no dia 19 de junho Anísio Spínola Teixeira toma posse como reitor, ele também foi um dos fundadores da universidade.

Será somente aos 8 dias de agosto do ano de 1966 com o início das aulas de Medicina na UnB, que o professor Luiz Carlos Galvão Lobo um dos responsáveis pela criação do curso elabora um currículo que irá se caracterizar “por inovações na educação médica como a integração dos ensinamentos teórico e prático. Em poucos meses, estabeleceu e equipou, no Instituto Central de Ciências, laboratórios multidisciplinares para o ensino das disciplinas básicas”. (Disponível em <[http://www.unb.br/historia/linha\\_do\\_tempo/index.php](http://www.unb.br/historia/linha_do_tempo/index.php)> acesso em: 30 de outubro de 2014).

A partir dessa data, os fatos de maior relevância já passam a ocorrer no ano de 1968, e, os mesmos, serão abordados no próximo capítulo, que abordará especificamente os conflitos entre os estudantes e as formas de repressão da época.

### 3- Construção da Universidade de Brasília

A capital nacional no início dos anos 60 era, ainda, como constava no plano piloto, possuía apenas com alguns núcleos habitacionais e uma pequena população composta na maioria por funcionários públicos e candangos,<sup>27</sup> no entanto, as pessoas que nela chegavam vinham com “a esperança de uma vida melhor para cada família e para o Brasil”<sup>28</sup>, mesmo apesar da ausência de espaços públicos como, os teatros e cinemas visando reunir um maior número de pessoas no mesmo ambiente.

As regras, a estrutura e concepção da Universidade foram definidas pelo Plano Orientador, uma espécie de Carta Magna, datada de 1962, e ainda hoje em vigor. O Plano foi a primeira publicação da Editora UnB e mostrava o espírito inovador da instituição. “Só uma universidade nova, inteiramente planejada, estruturada em bases mais flexíveis, poderá abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior”, diz o Plano Orientador. (Disponível em < [http://www.unb.br/sobre/principais\\_capitulos/criacao](http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/criacao) > acesso em 30 de outubro de 2014).

Mas, até que saísse do papel e começassem as obras da cidade, a ideia do presidente Juscelino Kubitschek se confrontou com diversos opositores, entre eles, Israel Pinheiro, o responsável pelas obras e o ministro da Educação Clóvis Salgado, pois ambos defendiam a construção de um campus universitário mais tarde, e em uma localização diferente da proposta, a saber, a UnB seria instalada nas proximidades da Esplanada dos Ministérios. Contudo, o projeto de construção do campus universitário foi apoiado e ganhou a contribuição de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Cyro dos Anjos<sup>29</sup>, Victor Nunes Leal<sup>30</sup> e Autran Dourado<sup>31</sup>.

Darcy Ribeiro também saiu em defesa à ideia de uma Universidade para a nova capital federal, tanto que chegou a redigir junto a Anísio Teixeira um decreto almejando formar uma comissão com a finalidade de planejar o *campus* em Brasília, o que “resultaria na mais moderna e mais importante universidade do Brasil” (GURGEL, 2002, p.33), conseqüentemente, em 21 de abril de 1960, o dia da inauguração da capital brasileira, foi enviada ao Congresso Nacional uma mensagem informando sobre a criação da UnB.

Apesar do projeto original de Brasília já prever um espaço para a UnB, foi preciso lutar para garantir sua construção. Tudo por causa da proximidade com a Esplanada dos Ministérios. Algumas autoridades não queriam que estudantes interferissem na vida política da cidade. Finalmente, em 15 de

---

<sup>26</sup> O auditório é assim batizado em homenagem aos pedreiros Expedito Xavier Gomes e Gedelmar Marques, que morreram soterrados em um acidente durante a construção. O auditório ficou completamente pronto, somente 20 minutos antes do início do evento de inauguração.

<sup>27</sup> Candangos os “peões de obra”, isto é, os pedreiros que construíram a cidade de Brasília.

<sup>28</sup> GURGEL, A. P. A rebelião dos estudantes, Brasília, 1968, 2002, p.30

<sup>29</sup> Subchefe do Gabinete Civil da Presidência para Assuntos de Educação e Saúde

<sup>30</sup> Chefe do Gabinete Civil

<sup>31</sup> Assessor de imprensa do presidente Juscelino Kubitschek

dezembro de 1961, o então presidente da República João Goulart sancionou a Lei 3.998, que autorizou a criação da universidade. (Disponível em < [http://www.unb.br/sobre/principais\\_capitulos/criacao](http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/criacao) > acesso em 30 de outubro de 2014)

Rapidamente, deram início às obras da Universidade, que antes de completar cinco anos de serviços prestados, iria ser o palco para vários conflitos entre o seu corpo discente e também, alguns representantes do corpo docente, com a polícia militar. Mesmo assim, já no ano de 1962 a Universidade de Brasília iniciou suas atividades, através de uma política de universalização implantada por Darcy Ribeiro, visando a melhoria do processo educacional em seus níveis, fazendo da instituição uma organização não governamental, autônoma e livre, tendo como objetivo a promoção da cultura nacional na sua linha de emancipação.

A estrutura administrativa e financeira era amparada por um conceito novo nos anos 60 e até hoje menina dos olhos dos gestores universitários: a autonomia.

(...) “a UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as universidades federais. Ela deveria reger a si própria, livre e responsavelmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo”, escreveu Darcy, em UnB, Invenção e Descaminho. A inauguração da UnB assemelhou-se com a construção da capital federal. Quase tudo era canteiro de obras, poucos prédios estavam prontos. O Auditório Dois Candangos, onde ocorreu a cerimônia de inauguração, foi finalizado 20 minutos antes do evento, marcado para às 10h. O nome do espaço homenageia os pedreiros Expedito Xavier Gomes e Gedelmar Marques, que morreram soterrados em um acidente durante as obras. (Disponível em < [http://www.unb.br/sobre/principais\\_capitulos/criacao](http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/criacao) > acesso em 30 de outubro de 2014)

A UnB inovou com sua estrutura em institutos centrais, com seus recursos pedagógicos eficazes, modernos, simples e mais baratos, criou pela primeira vez no país os cursos de pós-graduação, além da sua Faculdade de Educação que buscava formar e também capacitar os professores destinados ao ensino desde os anos primários em escolas normais, até aos professores de outros campos, como os setores agrícola e industrial.

## Capítulo IV – A Universidade de Brasília: o palco de conflitos

### 1- As ocupações e invasões de 1968

Em 1964, o golpe militar instaurou a ditadura no país e trouxe anos difíceis para a UnB. Por estar mais perto do poder, a instituição foi uma das mais atingidas. Acusados de subversivos, universitários e professores foram perseguidos pelo regime. (Disponível em < [http://www.unb.br/sobre/principais\\_capitulos/invasoes](http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes) > acesso em 30 de outubro de 2014)

Em 9 de abril de 1964 é realizada a primeira invasão à Universidade de Brasília, somente após nove dias do golpe militar, surpreendendo o reitor Anísio Teixeira e seu vice Almir de Castro as tropas do exército e os policiais de Minas Gerais, chegaram em 14 ônibus e três ambulâncias já preparadas para possíveis confrontos.

A segunda invasão ocorreu depois de um ano, em 1965, em 8 de setembro o que culminou em uma greve de professores com duração de 24 horas, uma resposta à demissão dos professores Ernani Maria de Fiori, Edna Soter de Oliveira e Roberto Décio de las Casas, que haviam sido afastados por “conveniência da administração”. Neste momento, o clima de apreensão se fez presente no *campus*, e outros docentes temiam serem demitidos de modo arbitrário. No sábado, os discentes também aderiram ao movimento. E no mesmo dia, o então reitor Laerte Ramos de Carvalho solicitou tropas militares ao *campus*, sob a alegação de que a greve era uma falta grave e as pichações que apareceram na UnB revelavam “ameaças de depredação aos prédios”.

“As tropas chegaram na madrugada do dia 11 de outubro e cercaram as entradas do *campus*.” (Disponível em < [http://www.unb.br/sobre/principais\\_capitulos/invasoes](http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes) > acesso em 30 de outubro de 2014). Os alunos e os professores foram impedidos de entrar e os soldados permaneciam na entrada dos edifícios, proibindo qualquer agrupamento de pessoas e não admitiam nem a entrada nos laboratórios para que animais envolvidos em pesquisas fossem alimentados.

Após uma semana, houve a demissão de quinze professores a partir da declaração do reitor de que eles eram os responsáveis pelo ambiente de perturbação. Tais professores, segundo Ramos de Carvalho, tinham se manifestado de maneira subversiva durante assembleia e Zeferino justificou as demissões como uma “medida disciplinar”. Contudo, aconteceu uma reação: 223 dos 305 professores da UnB se demitiram em seguida, devido estarem fartos do clima de instabilidade que se instalara na Universidade.

Chegara o momento em que devíamos escolher com lucidez entre somente duas alternativas: aceitar as interferências externas ou recusá-las, lembra. Cerca de 80% dos professores decidiram recusar. Em 18 de outubro a Universidade que acabara de nascer perdia a maior parte dos cérebros selecionados para construir a instituição de vanguarda idealizada por Darcy

Ribeiro. (Disponível em < [http://www.unb.br/sobre/principais\\_capitulos/invasoes](http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes) > acesso em 30 de outubro de 2014)

No entanto, ainda estava por ocorrer aquela que se caracterizaria como a invasão mais violenta. E esta aconteceu em 1968.

Algumas universidades sofreram ataques físicos logo depois do golpe, principalmente a Universidade de Brasília, ‘menina dos olhos’ do projeto educacional do governo deposto. (VALLE *apud* RIDENTI, 2008, p.169)

O fato ocorrido na Universidade de Brasília nos permite acompanhar a nova posição do governo vigente a partir de 1964. O *campus* dessa universidade fora invadido por uma ação conjunta de várias forças de repressão: DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), as polícias Federal e Militar e o SNI (Serviço Nacional de Informações) com a finalidade de buscar estudantes que possuíam prisão preventiva decretada, entre eles, Honestino Guimarães, o presidente da FEUB.

Durante essa operação os invasores depredaram salas de aula, espancaram estudantes, professores e pais de alunos que iam ao local em busca de seus filhos. “A universidade é transformada em ‘praça de guerra’, e as salas de aula em ‘cidades inimigas” (VALLE, 2008, p. 170). No dia seguinte é noticiado em mídias locais com base em informações do próprio governo que os episódios político-estudantis, em especial o da UnB eram previstos dentro do plano que objetivava derrubar o regime.

É clara a intenção do atual regime em pôr de sobreaviso a população frente aos futuros atos em resposta aos “subversivos”. Além de buscarem cerca de dez professores que deveriam ser presos e interrogados. A biblioteca e os escritórios dos professores foram interditados por duas semanas. Depois dessa invasão, o reitor e o vice reitor foram demitidos e, assumiu seu lugar o professor de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (USP), Zeferino Vaz.

A invasão da universidade no fim do mês de agosto de 1968, estava na agenda do dia de acontecimentos políticos. Sobre essa questão Zuenir Ventura esclarece:

Nos últimos 20 anos armazenaram-se dezenas de indícios comprovando que naquela altura do ano as forças radicais, cada vez mais fortes dentro do governo, não mais abririam mão das medidas de exceção. A própria invasão da UnB fazia parte desse plano de empurrar o país a um impasse cuja solução levasse ao endurecimento. (VENTURA, 1988, p.182)

É notória a tentativa da linha dura de criar fatos políticos com a finalidade de inverter a autoria. Tanto que, a nota divulgada pela polícia Federal sobre o caso na UnB justificava a invasão como o fato de autoridades, incluindo o então reitor na época, de ceder salas de aula para reuniões de cunho altamente subversivo. E como forma de confirmar essas suspeitas, divulgaram a apreensão de materiais subversivos na universidade.

Segundo as fontes presentes na época os conflitos ocorreram pois os agentes federais foram recebidos com o lançamento de pedras e outros objetos por parte de um grupo de estudantes, além de serem alvos de armas de fogo, no entanto, docentes que estavam presentes no *campus* também alegaram que alguns agentes se infiltravam entre o grupo de alunos e os incentivavam à violência, como forma única de ter pretexto à intensa repressão policial.

Parte da opinião pública manifesta-se em apoio aos estudantes da capital federal, assim como de outros estados. Os docentes da UnB ameaçam fazer uma renúncia coletiva, um fato que claramente colocava em risco o funcionamento da instituição. Tanto a Câmara Federal quanto o Senado condenaram unanimemente a ação ocorrida na faculdade.

Contribuem decisivamente para a atmosfera de indignação contra os acontecimentos de Brasília tanto a premeditação do massacre – denunciada até mesmo por um senador da Arena e por autoridades parlamentares – como a aberração do local – uma universidade, enquanto os alunos assistem às aulas – de ação da polícia. (VALLE, 2008, p.172)

É preciso destacar que diferente do afirmado na época pela Revista *Visão*, a ordem para invadir a UnB não partiu do governo federal, ao contrário, as autoridades repressivas declararam-se surpreendidas pela “investida” em Brasília. Conseqüentemente, surge a ideia de que alguns grupos policiais possuíam incontrolável autonomia e, poderiam ter cumprido a ordem judicial de outra forma, e não como ocorreu, isto é, repentinamente.

O episódio torna-se um fato marcante no mandato de Costa e Silva, que é considerado suspeito ao não ser esclarecido de fato se o governo possuía ou não conhecimento do plano. O agravante para o então presidente são suas atitudes contraditórias: rejeitando a demissão do reitor da UnB acusado de conivência com os alunos e, por manter o ministro da Justiça, Gama e Silva, impedindo que uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) o depusesse junto com alguns militares.

O partido governista é, portanto, acusado pela oposição de fazer parte de uma “farsa”. É significativa esta acusação, pois, imediatamente após a invasão, 70 parlamentares arenistas condenam as violências de Brasília. (VALLE, 2008, p.174)

Uma crise entre poder Executivo e Congresso se inicia quando parlamentares são convocados a prestar depoimentos a polícia, afetando, em especial, o Ministério da Justiça. Como forma de protesto, o MDB se retira da CPI sobre a universidade e, a mesma, acabará arquivada devido ausência de bancada para sua votação. Simultaneamente, Médici entrega ao presidente a conclusão da sindicância que apurou as responsabilidades pelo ataque à UnB.

Nesse momento, em setembro de 1968, o cenário político da capital federal vai se definindo: por um lado, os radicais de direita que apoiam a invasão, inclusive em seus

depoimentos esclarecendo que a repressão não pode ser ‘cândida’ e muito menos ‘tímida’, justificando, assim, a ‘operação de guerra’ montada para prender os estudantes da UnB. Iniciam-se as punições aos militares contrários a violência que se desencadeava por parte da polícia. E o ministro da Justiça volta a se destacar por pedir que os deputados do partido ARENA, que apoiam o projeto de anistia, sejam expulsos.

O autor Martins Filho apresenta uma confirmação do envolvimento entre Gama e Silva e a invasão à Universidade de Brasília:

(...) a invasão da UnB reunia as características de ação patrocinada pelos grupos que, no interior do governo, fundavam seu projeto sucessório na retomada da militarização. Todas as evidências disponíveis permitem traçar as origens da decisão ao Ministério da Justiça e ao gabinete militar da Presidência. (VALLE *apud* MARTINS FILHO, 2008, p. 175)

E outras denúncias acabam sendo feitas e ganhando evidência na mídia, como as conspirações do grupo militar direitista, enfatizada pelo jornal *Correio da Manhã*, que menciona Jayme Portella<sup>32</sup> como mandante da invasão armada, e o seu grupo responsável por retomar a tese de “guerra revolucionária”, além disso, o jornal também afirma que para esses grupos o país necessitava do uso da violência para combater os considerados subversivos. A ver:

Está em marcha acelerada a conspiração do grupo milita direitista. A invasão armada da Universidade de Brasília, ordenada pelo general Jayme Portella, enquadra-se no esquema do *putsch*. E já agora o chefe da Casa Militar da Presidência da República aciona o segundo tempo do plano golpista. Encomendou manifestação militar de solidariedade às forças da Polícia Federal que escalaram o *campus* universitário. O grupo liderado pelo general Portella ressuscitou a tese da “guerra revolucionária”. Declara, no seu delírio fascista, que o país está em franco processo de subversão e que o único meio de deter esse processo é o emprego cego da violência. [...] Intelectuais, artistas, jornalistas, sacerdotes e estudantes, catalogados como a vanguarda da “guerra revolucionária”, foram incluídos, no esquema do golpe, como a malta a ser varrida da vida brasileira. (VALLE *apud* *Correio da Manhã*<sup>33</sup>, 2008, p.175-6)

Conforme Maria Ribeiro do Valle cita em sua obra, anos mais tarde o próprio Jayme Portella busca justificar a invasão à UnB em *A revolução e o governo Costa e Silva* afirmando que, na época do fato ocorrido, a polícia fora cumprir uma ordem de prisão, no caso de alguns estudantes considerados os “cabeças de agitação” dentro da universidade, e que no dia haviam recebido a informação de que estes estariam nas dependências da UnB, e a polícia teria apenas ido buscá-los presos. No ato, foram surpreendidos por um grupo de alunos que

---

<sup>32</sup> O general era chefe do gabinete militar da presidência.

<sup>33</sup> A matéria do jornal *Correio da Manhã* intitulada de “Golpe à vista” com data de 6 de setembro de 1968, cuja informação foi retirada das notas referentes ao capítulo 3 “A Guerra da Maria Antônia” do livro *1968: o diálogo é a violência*, de Maria Ribeiro do Valle.



defendiam os colegas acusados e esses, entrechocaram-se com os policiais que lá estavam apenas para dar cobertura. Como consequência do choque, houve violência e a mesma só fora dominada com a chegada de reforços.

O caso, por sua vez, terminou com o reitor da instituição expulsando o aluno Honestino Guimarães, o líder estudantil preso durante a invasão, assim como de um professor, que se declarou em depoimento como aliado dos radicais direitistas, grupo que pregava o extermínio de estudantes contestadores e que protestavam.

Os estudantes protestavam contra a morte do secundarista Edson Luis de Lima Souto, assassinado por policiais militares no Rio de Janeiro e cerca de 3 mil alunos se reuniram na praça localizada entre a Faculdade de Educação e a quadra de basquete. Esse foi considerado o estopim para o decreto da prisão de sete universitários, entre eles, Honestino Guimarães. “Com o decreto, agentes das polícias Militar, Civil, Política (Dops) e do Exército invadiram a UnB e detiveram mais de 500 pessoas na quadra de basquete”. (Disponível em: < [http://www.unb.br/sobre/principais\\_capitulos/invasoes](http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes) > acesso em: 30 de outubro de 2014.)

Passado esse período conturbado, aos 25 dias do mês de março em 1971, o professor e pesquisador Amadeu Cury assumiu a reitoria da Universidade com a proposta de uma reestruturação. Neste contexto, começava uma etapa de concretização acadêmica da UnB. Porém, esse clima de reconstrução e tranquilidade durou poucos anos, quando José Carlos de Almeida Azevedo, professor doutor em Física e oficial da Marinha, assume a reitoria em maio de 1976, as manifestações recomeçaram e, com apenas um ano após a mudança na reitoria, multiplicaram-se os protestos de discentes contra a má qualidade do ensino, a ociosidade nos laboratórios e a falta de professores.

A crise política da UnB ultrapassou os limites do campus. O Senado criou uma comissão para interferir no conflito. Cerca de 150 professores entraram como mediadores entre a reitoria e os estudantes. (Disponível em: < [http://www.unb.br/sobre/principais\\_capitulos/invasoes](http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes) > acesso em: 30 de outubro de 2014.)

Conseqüentemente, dia 6 de junho de 1977, as tropas militares, novamente, invadiram a UnB, prenderam alunos e intimaram professores e funcionários. O estopim, dessa vez, foi a greve que estudantes e professores alegaram com o objetivo de finalizar às agressões que sofriam. “Foi uma luta pela dignidade da UnB, para dizer que aqui não aceitaríamos mais esse tratamento”, explica Antônio Ramaiana.

As invasões só acabaram com o princípio da abertura política no Brasil. E no ano de 1979, o Congresso aprova a Lei de Anistia, que perdoa os crimes políticos cometidos desde o

ano de 1961. Entretanto, a democracia na Universidade somente é retomada em 1984, quando ocorre a eleição para a reitoria e Cristovam Buarque é eleito ao cargo.

## 2- As ocupações e invasões de 2008

Após ter se passado mais de 20 anos da restauração do governo democrático no Brasil, novamente a Universidade de Brasília é transformada no palco dos empasses entre os estudantes e a reitoria da instituição. Iremos analisar o recorte temporal através das notícias de maior veiculação na mídia brasileira dentro do ano de 2008 – considerando o período que todo fato ocorreu na UnB – assim, limitamos ao mês de abril cujos fatos ocorridos tiveram maior destaque.

Para compreender a situação da UnB é necessário retornar no mês de fevereiro quando, noticiado que a universidade foi a que mais gastou com cartões no ano anterior, isto é, 2007, cerca de R\$1,35 milhão de reais; após alguns dias o Ministério Público apurou o uso de R\$470 mil reais da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) para reforma do apartamento do reitor da UnB, Timothy Mulholland.

Já em março ocorreu a quebra de silêncio, e o reitor depõe na CPI das ONGs e declara não ser responsável pela decoração de seu apartamento, consequente a esse fato, no início do mês de abril, acontece a ocupação invasão do prédio da reitoria por um grupo de estudantes, que dizem estar dispostos a sair apenas após afastamento da atual gestão.

O primeiro ato do movimento estudantil na instituição da capital federal, somente ocorreu após pouco mais de 2 meses do escândalo sobre as compras de luxo, efetuadas em favor do então reitor da UnB Timothy Mulholland, com o dinheiro da fundação em detrimento ao seu destino, ou seja, as pesquisas acadêmicas. A entrada na reitoria se deu as 14h30, e, como medidas da instituição, duas horas mais tarde foram cortados a água e a luz do prédio.

A polícia federal foi acionada para entrar em contato com os alunos, no decorrer do dia, e, os estudantes passaram a ser impedidos de ter acesso ao prédio, consequentemente, realizaram uma reunião e retiraram cerca de 20 reivindicações, entre elas, a principal: a saída do reitor e seu vice (Edgard Mamiya), e outras como, o leilão dos móveis comprados e a suspensão dos convênios com as fundações investigadas. A UnB manifestou-se favorável ao diálogo e a espera da lista de reivindicações, mas adiantou que um reitor não seria retirado assim de seu cargo.

Somente no dia 8 de abril, mediante um ato considerado – pela instituição, pela polícia e pelos repórteres presentes – violento, o grupo aumentou seu número para 600 estudantes e, apesar da repressão por socos, puxões de cabelo e empurrões por parte dos seguranças da UnB, os alunos ocuparam todo o 5º andar do prédio, mesmo a Justiça havendo estabelecido a reintegração de posse.

Com o ocorrido, a polícia federal garantiu que o processo de reintegração se daria de forma pacífica. O que já era previsto pelo ME o qual, de acordo com uma aluna e líder do ato, todos estavam tomando cuidado para não depredar ou quebrar qualquer objeto, o que foi comprovado pelos jornalistas do jornal Folha de São Paulo.

No dia seguinte, houve pronunciamento de Mulholland “entrei e sairei na forma da lei, diz reitor.<sup>34</sup>” O reitor afirmou que não sairia de seu cargo e estava esperançoso que a invasão terminasse de modo pacífica, apesar disso, na mesma entrevista evitou falar sobre as investigações do Ministério Público, mas lembrou o alerta feito pela polícia federal sobre uma possível responsabilização criminal aos líderes do movimento, conseqüentemente, a PF instaurou um inquérito para apurar a responsabilidade dos alunos, e se passou investigar também os crimes de lesão corporal, dano qualificado ao patrimônio da União, atentado contra o serviço de segurança e desobediência a decisão judicial. Na época, o então ministro da educação Fernando Haddad posicionou-se contrário ao ato estudantil, por acreditar que a invasão se tornaria um excesso rotineiro que vinha sido usado há um tempo – aqui faz menção ao ocorrido na USP em 2007.

Simultaneamente ao fato da UnB, o Ministério Público Federal (MP) acusou Mulholland e Erico Paulo Weidle (decano de administração) por uso ilegal e imoral de dinheiro para a decoração de um apartamento funcional. A ação pedia pelo ressarcimento integral do dano causado.

Essa decisão do MP se reflete positivamente ao ME, que viu na ação maior força para prosseguir com suas manifestações e reivindicações, conseqüente, no dia 11 do mesmo mês, após uma semana de ocupação da reitoria, o reitor anunciou sua saída do cargo durante o período de 60 dias, no entanto, agora, os estudantes almejavam a saída do vice Mamiya, dessa forma, se mantiveram na instituição. O afastamento por 60 dias foi visto como uma oportunidade para Mulholland apresentar uma defesa. Com isso, o cargo passou as mãos do vice, o que não agradou os alunos, conseqüente, a permanência no prédio da reitoria permanecerá até segunda-feira, quando têm agendada nova assembleia.

O Conselho Universitário (Consuni), o qual pode abrir processo administrativo interno e resultar na demissão do reitor, passou a ser pressionado por estudantes, por desejarem a saída de Mulholland e Mamiya. As assembleias ocorridas no dia 10, os professores e os servidores decidiram apoiar os alunos, pedindo a saída do reitor e vice e uma apuração das irregularidades na administração de ambos.

Dia 12 de abril, logo pela manhã, cerca de mil alunos realizaram uma paralisação pedindo a retirada de Mamiya da reitoria, e os alunos que estavam nas salas de aula aderiram a passeata. Uma reunião ocorreu e, após algumas horas saiu o posicionamento dos departamentos, dos professores e dos alunos: defenderam a proposta de afastamento de toda atual gestão.

Somente dia no 14 de abril depois de uma reunião com o ministro da educação Haddad, os membros do Consuni, os representantes dos professores, os servidores e estudantes, souberam que Mulholland, havia renunciado seu cargo de reitor da UnB por telefone. Sendo assim, com o prazo de 180 dias – no qual a universidade realizará uma nova eleição – será escolhido um substituto, e se não houver consenso entre servidores, professores e alunos, o ministro indicará.

A reunião objetivava por fim ao acontecido desde o dia 3 de abril quando os estudantes ocuparam a reitoria por causa das denúncias do desvio de R\$470 mil reais de verba para compras de luxo em favorecimento pessoal do então reitor, assim, os discentes exigiam afastamento do reitor, seu vice e os decanos da administração atual. Na oportunidade o ministro pediu que os estudantes saíssem do prédio para que o reitor *pro tempore* tenha condições de trabalho, e ainda alegou concordar com as reivindicações discentes, em especial a de escolha do reitor, ampliando a participação dos alunos. Foi considerada, por parte do grupo de estudantes, uma jogada entre a UnB e o MEC a renúncia dos antigos reitor e vice-reitor no final de semana, significando uma liberdade para o *pro tempore* convocar uma eleição, caso contrário não poderia.

Devido ao escândalo ocorrido na capital, o governo visa criar novas regras com o objetivo de evitar desvios de pesquisas para outros fins, Haddad assinou dia 14 de abril, o documento com regras mais rígidas para o uso de recursos públicos por fundações universitárias. Dessa forma, somente fundações que respeitarem as novas regras receberão verbas e serão cadastradas.

---

<sup>34</sup> Reportagem de Andréa Michael e Johanna Nublat para o jornal Folha de São Paulo, em Acervo Folha, disponível em < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/04/09/2/> > acesso em 1º de novembro de 2014.

Com mais de 10 dias de manifestações seguidas, é feita nova assembleia e os estudantes, decidem pela permanência na reitoria, e reivindicam a renovação do estatuto da instituição, além de eleições paritárias para a nova composição da reitoria. “Esse movimento não é do “fora, Timothy”, pelo “fora” em si, queremos derrubar essa política antidemocrática e de sucateamento<sup>35</sup>” (Catharina Lincoln – uma das líderes do movimento).

Nesse momento, alguns professores passam a ver que se o Consuni assumir o compromisso de debater sobre a paridade e o congresso, seria uma tentativa de retirar os estudantes do prédio. Todavia, um detalhe bastante importante é a questão da paridade, a qual se defronta com a lei, pois, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) “os docentes ocuparão 70% dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificação (...) da escolha de dirigentes.<sup>36</sup>” De acordo com Fernando Haddad, as Universidades podem fazer consultas paritárias, no entanto, oficialmente, os 70% dos docentes previstos por lei precisam aceitar o nome indicado. Na tarde do dia 14, havia ocorrido na reunião do conselho a pauta sobre questão do congresso estatuinte e a paridade, mas o objetivo era escolher um nome para comandar provisoriamente a UnB e conduzir a eleição para novo reitor e vice. Ontem também foi entregue ao ministro da Educação, a carta renúncia de Mulholland, na qual consta por justificativa: “os acontecimentos recentes na Universidade de Brasília em muito dificultaram o funcionamento normal da instituição<sup>37</sup>”

A UNE convocou um ato de apoio aos estudantes da UnB: a presidente da UNE Lucia Stumpf, afirmou que a entidade realizará uma mobilização nacional em apoio aos alunos da UnB, assim como pelo final das fundações de apoio e, também defendendo as eleições paritárias. Além disso, o ME de Brasília conta com o apoio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP, em que a sua diretora manifesta: “A *ocupação* da UnB teve grande apoio da sociedade. Isso tem a ver com o fato do escândalo ter sido pautado pela mídia e ter sido muito impressionante para a sociedade.<sup>38</sup>”

Em 16 de abril de 2008, Roberto Armando Ramos de Aguiar, fora o escolhido para reitor *pro tempore* da UnB, ao assumir o cargo, criticou as gestões anteriores e afirmou ter um “enorme pepino em mãos”. Referente ao acontecido com o ex-reitor Timothy Mulholland,

---

<sup>35</sup> Reportagem de Andréa Michael e Johanna Nublat para o jornal Folha de São Paulo, em Acervo Folha, disponível em < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/04/15/2/> > acesso em 1º de novembro de 2014.

<sup>36</sup> Extraído da reportagem de Andréa Michael e Johanna Nublat para o jornal Folha de São Paulo, em Acervo Folha, disponível em < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/04/15/2/> > acesso em 1º de novembro de 2014.

<sup>37</sup> Reportagem de Andréa Michael e Johanna Nublat para o jornal Folha de São Paulo, em Acervo Folha, disponível em < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/04/15/2/> > acesso em 1º de novembro de 2014.

<sup>38</sup> Reportagem de Andréa Michael e Johanna Nublat para o jornal Folha de São Paulo, em Acervo Folha, disponível em < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/04/15/2/> > acesso em 1º de novembro de 2014.

declarou que foi “no mínimo um tremendo erro administrativo” e que “houve falta de maturidade política que levou a ações menos nobres<sup>39</sup>”.

Em relação ao seu trabalho, afirmou que abriria diálogos com todos os segmentos, além de encaminhar a eleição para os cargos de reitor e vice reitor, em até 180 dias. Ainda comentou sua pretensão de liberar o prédio da reitoria através de diálogo, verificar as contas e pagamentos da universidade e instalar uma investigação interna, inclusive das fundações.

Fora somente em 18 de abril que os alunos da UnB encerraram a ocupação da reitoria. Em uma assembleia ocorrida no dia anterior (17) os estudantes decidiram encerrar a ocupação do prédio da reitoria, tendo completado duas semanas, entretanto, o dia de hoje 18 ficou marcado para a saída dos estudantes. Como medida inicial, cerca de 350 estudantes presentes na assembleia, optaram por retirar os cartazes do movimento e barracas, e ainda limparam o prédio antes de entregá-lo ao reitor Aguiar.

Em um clima considerado de despedida os estudantes comemoraram com música alta o que denominaram de “movimento vitorioso”, segundo Fábio Félix um dos líderes do movimento, os discentes saíram de cabeça erguida e lutando por uma gestão democrática, caso contrário, ocuparão novamente.

Após duas semanas de permanência os estudantes conseguiram os principais pontos das reivindicações: o afastamento definitivo de Timothy Mulholland (ex-reitor) e Edgar Mamiya (ex vice-reitor), a prestação de contas<sup>40</sup> por parte de Mulholland por ter sido acusado pelo MP de usar verbas de pesquisa em seu apartamento funcional. Ficaram para discussão ainda a paridade nas eleições para reitoria e o congresso estatuinte.

Assim, terminada a ocupação do prédio da reitoria depois de 15 dias, o ME saiu, mas não se esqueceu das próximas reivindicações pela paridade na eleição de reitor, que ainda não havia sido conseguida, mas que avisaram ao novo reitor que sem paridade haveria nova ocupação.

---

<sup>39</sup> Reportagem de Andréa Michael para o jornal Folha de São Paulo, em Acervo Folha, disponível em < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/04/16/2/> > acesso em 1º de novembro de 2014.

<sup>40</sup> Ressaltado durante a reportagem que o Tribunal de Contas da União (TCU) bloqueou o repasse da UnB para a Finatec no valor pouco maior de R\$30 mi o caso, revelou que além da Finatec ser contratada sem licitação, outras fundações de apoio também apresentariam irregularidade.

## V- Considerações Finais – O movimento estudantil: seu passado e sua atualidade.

Realizamos neste ponto uma análise comparativa entre a natureza do movimento estudantil no passado e a sua evolução nos dias atuais<sup>41</sup> torna-se inevitável em especial, ao considerarmos as experiências vivenciadas pelos militantes daquela época. Consequente a isso, nos pareceu de suma importância retomar uma análise de comparações sócio históricas dos anos de 1960 e dos anos 2000, procurando a compreensão do modo como esses momentos dialogaram e ainda conversam com a sua época.

Iniciamos lembrando que quando ocorre o aparecimento de movimentos sociais é necessário haver uma forte motivação que tenha a capacidade de mobilizar no mínimo algumas centenas de pessoas, e como já apresentado no começo deste trabalho, durante a década de 1960 ocorreram diversas manifestações estudantis acerca de assuntos sobre melhorias universitárias. Em uma entrevista cedida ao jornal Folha de São Paulo na edição Especial no ano de 2008 observa-se que Edgar Morin<sup>42</sup> realiza uma comparação do movimento estudantil com uma revolta contrária a autoridade instituída, em que a juventude se sentindo sufocada possuía a necessidade de expor sua insatisfação.

O denominador comum é uma revolta contra a autoridade do Estado e da família. A figura do pai de família perdeu importância, dando início a uma era de maior liberdade na relação entre pais e filhos. (MORIN, 2008, disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/04/28/2/> acesso em: 1º de novembro de 2014)

O ano de 1968 pode ser caracterizado como um ano de revoltas estudantis e juvenis, em que uma onda de protestos e manifestações atingiu países diferentes não só em sua natureza social, mas, também, em suas estruturas, contudo, havia um denominador comum: a revolta contra a autoridade do pai e da família, ou seja, um conflito geracional.

As transformações que ocorreram no Brasil e no mundo suscitavam discussões sobre os temas de desenvolvimento e emancipação, que traziam os jovens para próximo da política. Esses jovens imersos em um contexto que vivenciava mudanças na realidade social, passaram a ser mais participativos e presentes em manifestações que primeiramente interessam a eles próprios e na sequência, em lutas maiores, mais amplas. E uma vez dado seu envolvimento nessas questões mais amplas torna-se mais rápido passar por lutas da sociedade, e em meio ao fervor do momento, seu engajamento, em questões sociais maiores, ocorre.

---

<sup>41</sup> Ressalta-se que durante todo o trabalho quando aparecem referências aos dias atuais, compreendam que trata-se do ano de 2008, data eleita com um dos objetos de pesquisa a ser analisado.

<sup>42</sup> A entrevista referida, encontra-se anexada ao final deste trabalho.

O comportamento do movimento estudantil é considerado romântico, dado a ausência de conhecimentos referentes à política, os jovens se veem inseridos nela e lutando por ideais não apenas seus, mas também de outras centenas ou milhares de pessoas. Essa análise é aplicável, principalmente, na década de 1960 quando os movimentos estudantis enfrentaram os primeiros paradigmas de participação em mobilizações brasileiras, o que os tornou e construiu uma visão deturpada e idealizada do que realmente seriam a política e a sua participação.

A expansão da luta do movimento estudantil para um confronto maior que seriam as lutas pela sociedade contra a ditadura acontece quando em 1968 o movimento atingia seu auge e o regime vigente passa a incomodar mais, esse episódio corrobora para a continuação do enfrentamento e dessa vez, de modo mais intenso. Segundo Wladimir Palmeira, um dos líderes estudantis em 1968, que participou da organização da passeata dos Cem Mil, afirmou em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, que, “Era impossível ser de outro jeito [o enfrentamento intenso]” (disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u397274.shtml>, acesso em 1º de novembro de 2014).

Torna-se possível observar que neste período o movimento estudantil brasileiro caracteriza-se pela resistência e confrontos não apenas ao regime militar, mas também contra as suas expressões imediatas: repressão e autoritarismo.

Após o auge do movimento feito pelos estudantes na década de 1960 quando as lutas eram contra o regime autoritário é possível observar que o ME sofreu alterações relevantes em relação a sua força de militância, mesmo sendo negada por parte do grupo, houve de fato um enfraquecimento atrelado à retomada da “normalidade” do cenário político brasileiro.

Essa afirmativa pode ser constatada em uma das entrevistas cedidas ao jornal Folha de São Paulo em 2008 em que o filósofo Edgar Morin ao analisar sobre os quarenta anos desde o maio de 1968 que ocorreram, sim, mudanças no movimento estudantil e que atualmente, é generalizado o movimento de maneira rápida e que, as reivindicações prosseguem mesmo que seja satisfeito os pedidos pela outra parte.

Hoje em dia, movimentos estudantis se generalizam rapidamente e prosseguem mesmo quando o governo satisfaz os seus pedidos. É a alegria de estar juntos na rua, de desafiar os professores e a polícia. Até quando as reivindicações são ridículas, o fenômeno é importante, pois permite ao jovem tornar-se cidadão, escapando assim da crescente tendência ao apolitismo. (MORIN, 2008, disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/04/28/2/> acesso em: 1º de novembro de 2014)



Tal asseveração reforça a hipótese que o movimento sofreu modificações, do mesmo modo que as suas necessidades, considerando que, em 1960 o foco de luta era contra o regime político em vigência e que atualmente, surgiram novas questões, internas e externas às universidades.

Outra questão referente aos movimentos sociais atuais relaciona-se ao surgimento de novos movimentos sociais, isto é, não é mais apenas o movimento estudantil, mas, diversos movimentos que se deslocam pelo país e com novas bandeiras de luta. E considerando a atenuação da UNE enquanto entidade de representação dos estudantes, outras e novas entidades procuram conquistar o grupo de estudantes e o movimento, com ligações partidárias ou não, buscando arraigar forças para uma luta maior. Sobre essas ligações, Palmeira destaca em sua fala à Folha de São Paulo:

Naquele tempo a gente vivia para mudar o mundo. [...] Mas a verdade é que o movimento estudantil ficou parado no tempo. Ele é muito partidariado. As entidades ficam nas mãos dos partidos políticos, que passam a elas seus programas. O resultado é que os dirigentes não conseguem tratar objetivamente das reivindicações estudantis. A luta agora é corporativa, luta política e muita dependência do governo federal. (PALMEIRA, 2008, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u397274.shtml>, acesso em 1º de novembro de 2014)

Quando pensamos de modo cronológico em como se deu a transformação do movimento estudantil do período da ditadura militar para este movimento estudantil atual é perceptível que se iniciou as mudanças junto à reestruturação da UNE no ano de 1979 quando já era observada uma ausência de coletividade dentro da atuação estudantil, o que culminou em, mesmo com o fim da ditadura, foram perdendo a questão do movimento estudantil enquanto força que mudaria o mundo. E esse mesmo sentido de coletividade perdida é o mesmo sentimento presente nos movimentos estudantis atuais, notório se refletirmos que hoje existem maiores dificuldades em se eleger representantes para centros acadêmicos, diretórios acadêmicos.

O enfraquecimento do movimento estudantil já se dava na década de 1980, que apresenta as entidades como “fantasmas” do passado, que simplesmente repetiam de forma triste a história já vivida. Assim, a nova conjuntura do movimento estudantil sem a exaltação dos anos 60, falida duas décadas mais tarde segue sobrevivendo em apenas alguns momentos e lugares, porém não mais ligado à força existente tempos antes.

Eu me espanto com o fato de o movimento estudantil tenta repetir o que fizemos no passado. Os tempos são outros. É preciso renovar. [...] Eles deveriam discutir o atual papel da universidade com a população. O movimento perdeu de vista o que pode fazer pela sociedade. [...] As faculdades não estão inseridas na sociedade. [...] Os estudantes têm um

horizonte enorme pela frente, mas é preciso se renovar. (PALMEIRA, 2008, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u397274.shtml>, acesso em 1º de novembro de 2014)

Outro fator que agrava esse afastamento de estudantes e outras pessoas do movimento é dado muitas vezes pela ausência de fundamentação teórica que permite uma melhor compreensão referente às conjunturas políticas e econômicas em níveis nacional e/ou mundial. Embora haja convergência entre alguns momentos de ambos os movimentos ao que se relaciona a questão cultural, considerando que desde seu início aos dias atuais se faz presente como parte integrante dos movimentos sociais, a cultura. E desse modo, corrobora com as questões simbólicas do movimento tanto em seu momento de auge quanto no momento de declínio, sempre se apresenta uma simbologia e ideais ao redor dos movimentos.

Ao refletirmos é observado que a temática da cultura sempre estava presente no decorrer da história traçada pelo movimento estudantil brasileiro, independente da forma como se apresentava sendo mais visível ou mais latente, constituía desde a década de 1960 um espaço de comunicação e símbolos entre os estudantes, que procuram se apropriar de diferentes modos desta cultura com a finalidade de expor suas bandeiras de luta, seus questionamentos à sociedade, assim como o diálogo entre universidades e outros movimentos da sociedade.

De suma importância também são as questões da pluralidade e da homogeneidade presentes em momentos do ME e que é analisada a fim de comparação. Considerando que ao conquistar uma identidade, que também se apresenta intrínseca ao movimento quando havia uma união maior em torno da ideologia, isto é, nos anos de 1960 a busca pela transformação da universidade e a luta contra o regime militar, atualmente desapareceu, devido a fragmentação sofrida pelo grupo estudantil, seja por razões como a mudança do foco, aos possíveis novos questionamentos dos militantes, assim como, pela modificação de interesses desses atores sociais em relação aos objetivos da mobilização, culminou no surgimento e maior evidencia das diferenças.

Ou seja, no movimento passado os estudantes atuavam de maneira mais homogênea e na atualidade é notável a pluralidade presente dentro do movimento, o qual traz em pauta as diversas realidades e demandas que antes, não eram tão relevantes ou mesmo inexistiam. Todavia, não é possível negar que a homogeneidade da década de 1960 trouxe benefícios diversos ao movimento estudantil o que confirmou as manifestações e fortaleceu os atos e a defesa de seus pensamentos.

Essas características expostas até o momento, tornam possível refletir as formas de repercussão dos movimentos estudantis. Dessa forma, destacamos que há pontos bastante comuns, como as ideias de mudanças, as reivindicações por liberdade, o uso das ruas como espaço público com a finalidade de manifestar-se e realizar passeatas, assim como, havia uma pluralidade dos espaços de poder, em um sentido em que as reivindicações eram feitas contra todas as coisas que discordavam, lutando contra a universidade e contra o governo o representante do poder.

Ainda sobre a reflexão de semelhanças é notório a ênfase em todas as questões que desagradavam os estudantes e parte da sociedade, obviamente, respeitando as diferenças entre os países e seus históricos, uma vez que, eram distintos. Contudo, os protestos eram contínuos e os jovens indagavam a respeito do estado atual em que se encontrava a situação do país. O desencadeamento das diversas modificações partia sempre da mesma tendência de reivindicar o “*status quo* social e político” que os jovens confrontavam. Consequentemente, o ideal de transformação da realidade universitária e social era o maior ponto comum entre os movimentos estudantis, independente da distância a que estavam.

A partir do momento em que se vivencia uma mesma realidade, é comum que apareçam interesses em comum relacionados ao seu ambiente. É neste contexto que se apresentam os estudantes que, ao partilhar do mesmo lugar, isto é, a universidade, e, começaram a procurar melhores condições de ensino. Desse modo, se tornaram sujeitos de ações políticas com a capacidade de intervenção à realidade em que se encontravam inseridos.

E por fim, essa ruptura interferiu de modo direto no caráter de transformação do movimento, atrelado até o presente momento a uma uniformidade e nos dias de hoje, ligado a variedade de interesses participantes do movimento. Lucia Stumpf, então presidente da UNE no ano de 2008, destacou ao jornal Folha de São Paulo, que, entre os próprios estudantes atualmente, existe uma individualidade, reforçada por interesses diversos.

Foi o mundo que mudou. O individualismo está presente no dia-a-dia da juventude. O estudante enxerga o aluno da carteira ao lado como concorrente, seja no cursinho ou na universidade. O mundo é individualista a começar pelas propagandas universitárias. Nossas lutas sociais enfrentam uma séria dificuldade de dialogar com a juventude, sempre atraída por outros valores. (STUMPF, 2008, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/brasil/ult96u383120.shtml>, acesso em: 1º de novembro de 2014.)

O que culmina em maiores questionamentos e dúvidas acerca de sua mobilização, pois, até mesmo em 1960 esse caráter transformador fora posto em dúvida, presenciou divergências e, no entanto, alcançou sua unidade, mas, hoje com as rupturas já existentes e

ainda maiores, faz com que aumentem os questionamentos referentes ao caráter de transformação do movimento.

Ao considerarmos os contextos políticos a que estão imersos estes grupos, em momentos tão distintos, é cabível ressaltar que o período atual em muito diverge com os já passados. Desse modo, a comparação entre as duas épocas não pode ser tomada como comum, ou já afirmado e vivenciado, uma vez que o contexto era diferente, era outro. Mas, sim, houve influências que atravessaram a história, momentos vividos que influenciaram na força e nos protestos do movimento. Essa afirmativa pode ser observada também na opinião expressa pela então deputada federal Manuela D'Ávila (PC do B), em entrevista concedida à Folha de São Paulo, para o Especial sobre os 40 anos de 1968.

Naquele momento, os estudantes não podiam debater as necessidades da universidade. O problema da educação passava pela necessidade de mudar o país. Então é natural que os estudantes resistissem à ditadura e lutassem pela democracia. [...] Além de estarmos num regime democrático, o perfil do universitário é diferente. Hoje o jovem precisa trabalhar para pagar os estudos. Nos anos 70, eles só se preocupavam em estudar. É natural que eles se envolvessem em causas políticas. Só enxerga mais brilho no passado do movimento quem acha romântico o regime militar. (D'ÁVILA, 2008, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u383143.shtml>, acesso em: 1º de novembro de 2014).

Conclui-se, portanto, que ao considerarmos essa comparação entre os dois momentos, se torna possível realizar a seguinte afirmativa, nos anos de 1960 ocorre o primeiro paradigma de participação forte dos jovens, isto é, um marco de participação popular e, que atualmente, o marco é justamente a fragmentação e a pluralidade, que também são características presentes na sociedade civil atual, que refletem na manifestação de movimentos sociais e, entre eles, o movimento estudantil.

## VI- Bibliografia

- AGGIO, A. et al. *Política e Sociedade no Brasil (1930 – 1964)* São Paulo: Anna Blume.
- ARNS, P.E. et al. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BECK, U. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona, Paidós, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A política na sociedade de risco*. In: Revista Ideias, v. 2, n. 1, Campinas, 2010, pp. 229-253.
- \_\_\_\_\_. *A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva*. In: BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Editora UNESP, 1997, pp. 11-72.
- BLOG OCUPAÇÃO UnB. Disponível em: <http://ocupacaounb.blogspot.com.br/>, acesso no período de 20 de setembro a 3 de novembro de 2014.
- CARDINI, F. *Conoscete il '68?* Disponível em: <http://www.emsf.rai.it/grillo/trasmissioni.asp?d=260>, acesso em abril de outubro de 2013.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora Edusp, 2001.
- GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002.
- GOHN, M. G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- HORKHEIMER, M. *Autoridade e família*. In: Teoria crítica: uma documentação – tradução Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.
- IANNI, O. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1996.
- \_\_\_\_\_. *Pensamento social no Brasil*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. In: Ideologia e utopia – tradução Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- \_\_\_\_\_. *A sociologia do conhecimento*. In: Ideologia e utopia – tradução Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia*. Marialice Mencarini Foracchi (org) – tradução Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes. São Paulo: Ática, 1982.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional* - tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud /Herbert Marcuse* - tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARTINS FILHO, J. R. A dinâmica militar do regime. In: *O palácio e a caserna - A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995. (pp. 43-68).

\_\_\_\_\_. O novo panorama militar. In: *O palácio e a caserna – A dinâmica das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995 (pp. 97-126).

MELONI, C. *1968: o tempo das escolhas*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

POERNER, A. J. O regime contra os estudantes. In: *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (pp. 218-253).

\_\_\_\_\_. A rebelião dos jovens contra a ditadura. In: *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (pp. 254-280).

\_\_\_\_\_. A radicalização do processo no governo Costa e Silva. In: *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (pp. 281-296).

\_\_\_\_\_. A volta dos estudantes às ruas. In: *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (pp. 308-314).

RIDENTI, M. As esquerdas, antes e depois de 1964. In: *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. A esquerda armada nos meios intelectuais. In: *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. (pp. 114-162).

SINTONI, E. A justificativa do golpe de 64 e o imaginário militar. In: *Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964)* São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999 (pp. 133-222).

\_\_\_\_\_. Em busca do inimigo perdido. In: *Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964)* São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999. (pp. 223-238).

Souza, J. e Oëlze, B., *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Disponível em: <http://www.unb.br/>, acesso no período de 1º de outubro a 15 de novembro de 2014.

ZENETI, H. *Juventude – Revolução: uma investigação sobre atitude revolucionária no Brasil*. Brasília: Editora Endunb, 2001.

## VII- Referências

- GURGEL, A. de Pádua. *A Rebelião dos Estudantes (Brasília, 1968)* Brasília: Editora UnB, 2002.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)* – 2ª edição, 46ª reimpressão - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MARTINS FILHO, J R. *O movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*, Campinas: Editora Papirus, 1987.
- VALLE, M. R. do. *1968: O diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil.* – 2ª Edição. – Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2008.
- VENTURA, Z. *1968: O ano que não terminou.* – 20ª Edição – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- \_\_\_\_\_. *1968: O que fizemos de nós?* São Paulo: editora Planeta do Brasil, 2008.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)* Tradução Mario Salviano Silva – 12ª Edição – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985)* Tradução Mario Salviano Silva – 5ª Edição – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.